

Proc. nº 1150/07
Fls. 1323
Rubrica

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MATO PRETO

Portaria n. 948/PRES, de 16 de julho de 2004.



Antropóloga-Coordenadora:
Flávia Cristina de Mello.

Brasília, 04 de novembro de 2009.

fb

SUMÁRIO

Lista de figuras, ilustrações e anexos 4
Lista de abreviaturas 5

Introdução 11

PRIMEIRA PARTE – DADOS GERAIS

- a) Dados sobre os Guaraní 17
- b) Histórico de ocupação da terra indígena de acordo com memória do grupo étnico 25
- c) Práticas de secessão e critérios causais, temporais e espaciais de distribuição da população 65

SEGUNDA PARTE – HABITAÇÃO PERMANENTE

- a) Descrição da distribuição da aldeia, com respectiva população e localização 76
- b) Explicação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da aldeia, área ocupada e tempo em que se encontra na atual localização 90

TERCEIRA PARTE – ATIVIDADES PRODUTIVAS

- a) Descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim 96
- b) Descrição das características da economia desenvolvida pelo grupo, das eventuais alterações causadas pelo contato com a sociedade envolvente e do modo como se processaram tais alterações 98
- c) Descrição das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente 109

QUARTA PARTE - MEIO AMBIENTE

- a) Identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena 110
- b) Explicação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias 121

sk

QUINTA PARTE - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

- a) Taxa de natalidade, mortalidade e projeção do crescimento populacional 123
- b) Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios e lugares sagrados, relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto 125
- c) Identificação e descrição das áreas necessárias a reprodução física e cultural do grupo e razões pelas quais elas são necessárias ao referido fim 127

SEXTA PARTE – LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

- a) Identificação e censo de eventuais ocupantes não índios 132
- b) Descrição das áreas ocupadas por não índios (com respectiva extensão, data dessas ocupações e descrição das benfeitorias realizadas) 134
- c) Informações sobre a natureza destas ocupações (com identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes) 137

SÉTIMA PARTE - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

- a) Conclusão e delimitação 151
- b) Mapa da proposta de delimitação 155
- c) Memorial Descritivo de Identificação 156

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS 159

[Handwritten signature]

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
AER - Administração Executiva Regional
CEPI - Conselho Estadual dos Povos Indígenas
CF - Constituição Federal
CGD - Coordenadoria Geral de Demarcação
CGID - Coordenação Geral de Identificação e Delimitação
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
COMIN - Conselho de Missão entre os Índios
CTI - Centro de Trabalho Indigenista
DAF - Diretoria de Assuntos Fundiários
DOU - Diário Oficial da União
ES - Espírito Santo
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GT - Grupo Técnico
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MJ - Ministério da Justiça
MPF - Ministério Público Federal
MS - Mato Grosso do Sul
PPGAS - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social
PR - Paraná
RCID - Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação
RJ - Rio de Janeiro
RS - Rio Grande do Sul
SC - Santa Catarina
SP - São Paulo
TI - Terra Indígena
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UHE - Usina hidroelétrica
UPF - Universidade de Passo Fundo

5
Proc. nº 1150107
Fls. 1326
Rubrica

A

**CARTA DA COMUNIDADE INDÍGENA ÀS AUTORIDADES POLÍTICAS
ENVOLVIDAS NO PROCESSO DEMARCATÓRIO**

Senhor Presidente da República
Senhor Ministro da Justiça
Senhor Presidente da Funai

Tekoá Ka'aty / Terra Indígena Mato Preto, 19 de setembro de 2004.

“Nós escolhemos esta área porque antes dos brancos se apossarem da nossa terra, os nossos avós, nossos tios, moravam nesta área, eles só saíram porque os brancos colonizadores, o próprio Estado, os expulsaram desta área. Se os brancos não tivessem expulsado nossos avós, hoje nós não estaríamos pedindo essa reivindicação e hoje nós estamos pedindo que essa terra seja demarcada.

Sabemos que naquele tempo existia muita mata, muitos frutos nativos, muitos animais selvagens, muitos rios, muitas fontes. Nessa área tudo era natural, nossos avós eram felizes e hoje queremos que esta terra seja demarcada para nós recuperarmos tudo aquilo que foi perdido do pouco que restou. E daquilo que os brancos destruíram, como a mata, os rios, as fontes, hoje, como os brancos dizem que são donos desta terra, eles continuam destruindo. Os brancos dizem que os índios querem a terra só para deixar virar mato, que o índio não trabalha. Mas para nós Guarani, o importante é preservar a natureza. Nós não queremos a terra para nós destruímos, ou para enriquecermos, queremos para preservar tudo o que Nhanderú fez na terra para nós vivermos. Queremos esse espaço de volta para que nossas crianças tenham saúde e que tenhamos de novo os nossos remédios tradicionais, as nossas fontes com água pura, porque tudo isso para nós é uma fonte de saúde e também para que nós possamos continuar preservando as nossas tradições (*nhandereko ete'i*)

Por isso, senhores autoridades, queremos que nossa terra tradicional seja demarcada para que nós possamos viver felizes, tranquilos, ensinando nossas crianças com segurança, para não sermos mais massacrados como nossos avós, pedimos que a demarcação seja feita com atenção e com urgência”.

A'evete xeruvixa, Nhanderu tonhagareko (Muito obrigado Autoridades. Que Nhanderú, nosso Pai Verdadeiro, proteja vocês).

Assinada pelos moradores da aldeia *Tekoá Ka'atý*, Mato Preto.

(Na página seguinte temos a cópia da carta original manuscrita).

Carta produzida pela comunidade com o intuito de explicar as razões de sua reivindicação. Este documento foi escrito por Luciana Pereira, uma jovem da comunidade eleita para a função. Nele os Guarani explicitaram pontos a serem registrados no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação por serem considerados fundamentais por eles.

[Assinatura]

Senhor presidente da República
Senhor ministro da justiça
Senhor presidente da Funai

Proc. nº 1150/07
Fls. 1328
Rubrica

Tekoa karaty / Terra indígena Mato Preto 19 de setembro de 2007.

Nós escolhemos essa área porque antes de os brancos se apossarem da nossa terra os nossos avós, nossos tios moravam nesta área eles se saíram porque os brancos colonizadores, próprio estado e expulsaram desta área.

Se os brancos não tivessem expulsado nossos avós hoje nós não estaríamos pedindo essa reivindicação, e hoje nós estamos pedindo que nossa terra seja demarcada. Sabemos que naquele tempo quando nossos avós e tios moravam nesta área existia muita mata, muitos frutos nativos, muitos animais selvagem, muitos rios, muitas fontes, esta área tudo era natural nossos avós eram felizes nesta área e hoje queremos que esta terra seja demarcada para nós recuperar tudo aquilo que foi perdido dos poucos que restou.

É daquilo que os brancos destruíram, como a mata os rios as fontes e que hoje como os brancos dizem que são donos desta terra eles continuam destruindo. Os brancos dizem que os índios querem a terra só para deixar virar mata que o índio não trabalha, para nós guarani é importante preservar a natureza nós não queremos a terra para nós destruir para nós enriquecer,

↓

queremos pra preservar tudo aquilo que Nhanderu
fez na terra para nós viver, queremos este
se espaço devolta para que as nossas crianças
tenham saúde, e que tenhamos de novo os nos-
sos remédios tradicionais as nossas fontes com á-
gua pura, porque tudo isso para nós é uma
fonte de saúde e também para que nós possamos
continuar preservando as nossas tradições
(Orekeko etc.).

Por isso senhores autoridades queremos que a
nossa terra tradicional seja demarcada para
que nós possamos viver felizes tranquilos ensi-
nando nossas crianças com segurança, para
não sermos mais massacrados como nossos
avós, pedimos que a demarcação seja feita
com atenção e com urgência.

Aevete Xeruvixa, Nhanderu Tenhagareto
(Muito Obrigado Autoridades que nosso Pai Ver-
dadeiro (Nhanderu) os protejam vocês.

Ass: Representantes do Tekoa Karaty, Mato Preto.
Joel Pereira-Cocque, Eliana Bonetti, Gilmar Bento
Samco Pereira, Sebastião da Silva, Dulci A. Ponto
Omarzêto, Darcil da Silva, Mônica da Silva, Sandra da
Silva, SEBERIANO MOREIRA, Rose A. Bento

Lucas da Silva, Luciana Pereira, Ivete, Nozém
Cinesto Pereira, Alinda Pereira, Terzinha Cristina Pereira,
Cecília da Silva, Cleonir Pereira, Sérgio, Rosair
Diana da Silva, Juvêncio Pereira, Cassiano Mac
Eli Pereira Jaramina Pereira, Marta da Silva,
Lucia Martins, Leirvi Terzinka Pereira, Diego Pereira
Bento,

de

**MENSAGEM DE JOÃO MARIA MARIANO, MORADOR DA ANTIGA
ALDEIA MATO PRETO/TEKOÁ KA'ATY**
Transcrita e traduzida por sua sobrinha neta Luciana Pereira

Proc. nº 1150/07
Fls. 1330
Rubrica 

Naquela época o governo mandou um aviso para nós sairmos da terra que nós vivíamos para nós ir para outros lugares, porque ali não era a nossa própria terra. E assim fomos saindo do Mato Preto. Aí, nós saímos porque nós não gostávamos de conflito com ninguém. E como eles vieram dizendo que o governo mandou dizer que ali não era a nossa terra, eles nos enganaram. Por isso, nós saímos desta terra. Se não tivessem nos enganado, hoje nós não precisávamos estar reivindicando para o governo aquilo que é nosso.

Peme'e jevy oreyyv!

Ore roipotá jevy oreyyv roikó porã'i aguã, kuringue'i oikó porã aguã, orerekó, nhanderekó py rombo'e porã aguã, anyi djurá kuery oremonoangkó ve'y aguã.

Ore djuruá rami roikó aguã e'y oikó nhanderu opamba'e'i odjapó va'ekue djuruá omokanhymbá va'ekue roipotá ju ojevy pa'i.

Devolvam a nossa terra!

Nós queremos a nossa terra de volta para nós vivermos felizes, para que as crianças vivam com saúde e para que nós possamos ensinar as crianças todos os conhecimentos, para que os brancos não incomodem mais.

Nós não vamos viver como os brancos, queremos o nosso espaço de volta para conseguir tudo de volta, aquilo que os brancos destruíram, toda a natureza.

João Maria Mariano, liderança da aldeia.
Mato Preto/ Tekoá Ka'ty, setembro de 2004.



1150/07
1332
C**Introdução:**

Sobre o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena de Mato Preto, a constituição do Grupo de Trabalho de Identificação e Delimitação da referida Terra Indígena, os trabalhos de campo, os estudos antropológicos e estudos complementares.

O presente documento consiste no produto final dos trabalhos do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Mato Preto, situada nos municípios de Erebengo, Erechim e Getúlio Vargas, no estado do Rio Grande do Sul. Os Estudos foram iniciados pela equipe constituída pela Portaria n. 948/PRES, de 16 de julho de 2004, composta pelos seguintes profissionais: Flávia Cristina de Mello: antropóloga-coordenadora, Ana Elisa Freitas: bióloga, Flávio Luiz Gorni: engenheiro agrimensor e Paulo Augusto Ramos Sendeski: técnico em agricultura e pecuária. Os relatórios antropológicos e ambientais pautados pela Portaria 14/MJ/1996 e Decreto 1775/1996, orientados também pela Lei 6001/73 e Artigo 231 da Constituição Federal, identificaram a ocupação tradicional de grupo indígena Guarani da área em estudo e indicaram proposta de delimitação de 4.019 ha.

Em continuidade ao processo, foi constituída equipe responsável pelo levantamento fundiário da área, pela Portaria n. 1182, de 15 de setembro de 2006. Como houve severa resistência por parte dos ocupantes não indígenas aos trabalhos de levantamento fundiários necessários, a equipe não encontrou condições para a obtenção dos dados fundiários necessários para caracterização da ocupação não indígena inserida nos limites da terra indígena em estudo, conforme exigência da Portaria MJ n.º 14/96. Isso motivou a Funai a obter a autorização judicial para o ingresso e realização dos trabalhos do levantamento fundiário¹. Deferida a autorização judicial, nos autos da Ação Civil Pública n.º 2006.71.17.001628-1, uma nova equipe técnica foi constituída pela Portaria n. 50/PRES, de 29 de janeiro de 2007, coordenada pela antropóloga Juracilda Veiga, para complementação dos estudos de identificação e delimitação da referida terra indígena. Os trabalhos desta equipe resultaram numa restrição à proposta inicial, reduzindo a extensão da área identificada anteriormente, e indicando uma nova proposta

¹ Inúmeras são as provas da resistência dos colonos aos trabalhos de campo da Funai, como pode ser verificada pelo Memo n.º 063/GAB –AER/Passo Fundo, de 16.02.09, Ofício n.º 06/CGID, de 01 de março de 2007, Ofício n.º 002/GT 79/Pres/07, de 02 de março de 2007, Despacho do Juiz Luiz Carlo Cervi, de 10 de abril de 2007, nos autos da referida ACP, Decisão do Des. Fed. Edgard Lippmann Jr, de 14 de agosto de 2008, no agravo de instrumento n.º 2008.04.00.029844-9, dentre outros.

L

de delimitação, de 656 ha. Em 06 de fevereiro de 2007, pela Portaria Funai n. 79/Pres, foi instituída equipe para realizar a conclusão dos trabalhos do levantamento fundiário da área de 656 ha.

Concluídos e sistematizados estes estudos e dados, os relatórios técnicos foram encaminhados para análise, e tendo sido analisados tais relatórios, a Coordenadora de Delimitação e Análise da Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação – CGID/CDA, Rita Heloisa de Almeida, emitiu parecer indicando a necessidade de reconsiderar os dados do Relatório de Identificação e Delimitação produzido inicialmente pelo Grupo Técnico coordenado por esta antropóloga, visto que nele estavam contidos os dados antropológicos e ambientais que embasavam a proposta de delimitação da Terra Indígena Mato Preto, de acordo com as prerrogativas legais estipuladas pela Portaria 14/MJ/1996 e no Decreto 1775/1996, indicando inconsistência da proposta de 656 ha. Assim, é designado o retorno à campo da equipe técnica que acompanhou os estudos desde seu início para complementação de dados e verificação *in loco* de questões técnicas pendentes, pela Portaria n.991, de 16 de outubro de 2007. O retorno à campo da referida equipe, com o objetivo de finalização dos estudos e avaliação da demanda de lideranças Kaingang sobre a ampliação da Terra Indígena Ventarra e suposta sobreposição de limites entre a TI Mato Preto e a TI Ventarra deu-se em outubro de 2007. As reivindicações das lideranças Kaingang foram avaliadas pela equipe e consideradas improcedentes, conforme argumentação constante dos relatórios anteriores. A CGID já tem conhecimento das demandas de ampliação da TI Ventarra e procederá análise destas demandas, em procedimentos específicos.

Neste retorno a campo a equipe constatou crescente e grave contexto de violência e pressão política local sobre o acampamento no qual os Guarani aguardam a definição do processo. A vulnerabilidade da ocupação das famílias Guarani expõe as pessoas do acampamento a risco de morte, seja por atentados violentos (o acampamento já foi alvejado por disparos de arma de fogo, tentativa de incêndio doloso, entre outros eventos criminosos), seja pela falta de condições básicas de subsistência e saúde (não possuem água de qualidade, os comerciantes do entorno restringem ou negam a compra e venda de víveres para pessoas Guarani, não há área adequada à plantio de alimentos, caça ou criação de animais, etc. como relatado no texto a seguir). Da mesma forma, os técnicos responsáveis pelos estudos tiveram sua circulação restringida, receberam hostilidade e ameaças durante os trabalhos.

12
Proc. nº 1150/07
Fls. 1333
Rubrica

4

Devido a tais restrições, neste contexto de conflito regional e insegurança às comunidades indígenas e membros do Grupo Técnico da Funai, ficou determinado em audiência realizada na justiça federal, na data de 14 de outubro de 2008, nos autos da referida ação civil pública, que a Funai concluisse o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Mato Preto, "*sem o levantamento fundiário de campo*", de forma a evitar o acirramento dos conflitos fundiários na região da Terra Indígena Mato Preto, uma vez que a Funai teria que ingressar novamente em áreas particulares para realização do levantamento fundiário. Neste sentido, os dados relativos ao diagnóstico fundiário, e apresentado neste capítulo, foram obtidos através de pesquisas bibliográficas, documentais e cartoriais, ressalvada a área de 656 ha acima mencionada – a qual esta compreendida a área de 223 hectares da antiga Floresta Mato Preto, titulado ilegalmente pelo Estado do Rio Grande do Sul. Tal audiência pública contou com a participação dos indígenas, Funai, Ministério Público Federal e particulares.

Portanto, na mencionada audiência, o Juiz determinou que a Funai finalizasse o relatório circunstanciado de identificação e delimitação, cuja única pendência era a conclusão do levantamento fundiário, através da obtenção de dados cartoriais, de forma a dar continuidade no procedimento de demarcação. Cabe ressaltar que a finalização do Relatório satisfaz a Portaria MJ n.º 14/96, pois nela não está prevista obrigatoriedade da Funai apresentar no RCID um quadro completo e exaustivo dos ocupantes e ocupações não-indígenas inseridas nos limites da Terra Indígena Mato Preto. E ao mesmo tempo, o Decreto n.º 1775/96, que prevê a obrigatoriedade da publicação do resumo do RCID (o qual contém mapa da delimitação da terra indígena) no Diário Oficial da União e do Estado do Rio Grande do Sul, bem como sua afixação na sede das prefeituras de Erechim, Erechim e Getulio Vargas, o que garante o direito dos ocupantes não indígenas, pois a publicidade do resumo do relatório nas esferas competentes dos entes federativos (União, Estado e Municípios), com o respectivo mapa de delimitação da Terra Indígena Mato Preto, viabilizará que todos os particulares e interessados tomem ciência dos limites da terra indígena, e das ocupações inseridas nos seus limites, com vistas a exercerem o direito ao contraditório e ampla defesa. Portanto, eventual imprecisão dos dados do levantamento fundiário, cuja razão deve ser imputada à resistência dos próprios colonos e embasada por decisão judicial, não poderá ser argüida como afronta ao exercício do direito ao contraditório e ampla defesa, nem lacuna no

st

procedimento administrativo de identificação e delimitação da Terra Indígena Mato Preto.

Concluídos estes estudos cartoriais e cartográficos, os dados provenientes deles foram incorporados ao restante do RCID compondo o documento aqui apresentado. A proposta final de delimitação da Terra Indígena Mato Preto é 4.230 ha. Tal dimensão mostra diferença das anteriores devido a ajustes técnicos de agrimensura, que considera informações relativas aos limites das propriedades envolvidas no processo, entre outros critérios técnico-metodológicos, assim como pequenas discrepâncias eventuais que podem decorrer da impossibilidade de medições *in loco*.

A metodologia do trabalho de campo antropológico foi planejada e realizada de acordo com as diretrizes indicadas ao “procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas” como recomendam os parágrafos 2º, 3º e 4º do Artigo 2º do acima citado Decreto 1775/96. Os estudos antropológicos contaram com a participação de membros da comunidade indígena em questão e valeram-se da colaboração de membros da comunidade científica e de outros órgãos públicos. Os profissionais que realizaram os estudos técnicos ambientais e de agrimensura participaram de várias das etapas de campo e interagiram com a comunidade em todos os procedimentos para obtenção de seus dados de trabalho. A pesquisa de campo consistiu também na realização de entrevistas com antigos moradores da aldeia de Mato Preto que atualmente residem em outras aldeias, pesquisas documentais, bibliográficas e históricas, além de reuniões de articulação com várias instituições (CEPI, MPF, Prefeitura de Getúlio Vargas, Sindicato dos agricultores etc.) além de estudiosos das temáticas envolvidas. Foram entrevistadas pessoas das aldeias/locais: Serrinha (Ronda Alta/RS), Salto do Jacuí (Salto do Jacuí/RS), Estrela Velha (Estrela Velha/RS), Cantagalo e Itapuã (Viamão/RS), Mbiguaçu (Biguaçu/SC), Morro dos Cavalos (Palhoça/SC), Ibicaré (Ibicaré/SC), Treze Tílias (Treze Tílias/SC), Araçá’í (Saudades e Cunha Porã/SC²).

Em conjunto com os outros profissionais do GT, promovemos reuniões, entrevistas coletivas e caminhadas na aldeia com os antigos moradores e a comunidade. A coordenadora do GT participou de reuniões com órgãos governamentais envolvidos nos processos de demarcação de terras indígenas no estado, como o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador da República, Dr. Juarez Mercante, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas, o CEPI, na pessoa de sua Coordenadora, a Sra. Ivonete

²Atualmente as famílias Guarani vivem na TI Toldo Chimbangue II (TI Kaingang), no oeste de SC, aguardando a regularização de sua TI.

J

atividades de campo, organizamos uma reunião com representantes das instituições supracitadas, a Prefeitura do município de Getúlio Vargas e o Sindicato dos agricultores do município, com o objetivo de prestar esclarecimentos à população não indígena envolvida no processo e garantir um andamento pacífico e justo para as partes.

Foram realizadas pesquisas etnohistóricas e entrevistas em algumas aldeias da região, investigando a extensão e organização destas redes sociais, uma vez que as últimas pessoas ainda vivas que moraram ou conheceram a antiga Mato Preto estão dispersas por várias aldeias e contam com idade avançada. As entrevistas com estes velhos e velhas guaranis e kaingangs que viveram ou conheceram a antiga aldeia de Mato Preto, foram de suma importância para contextualizar os dados etnológicos, genealógicos e etnohistóricos sobre o grupo, e registrar informações sobre como estas aldeias e as famílias que as compõem unem-se em laços sociais de reciprocidade mútua, subsidiada por relações de parentesco, de circulação de pessoas, bens, notícias e apoio em situações adversas. Conversas e entrevistas com velhos não-indígenas nas cidades vizinhas ajudaram a recuperar o contexto histórico da expulsão dos indígenas da aldeia de Mato Preto e da paulatina ocupação dos "colonos" na região.

Paralelamente à pesquisa etnográfica, foram pesquisadas fontes bibliográficas, históricas e documentais que deram suporte ao resgate da etnohistória da região, buscando em arquivos de órgãos públicos, como no acervo documental da CGID e da DAF (na sede da Fundação Nacional do Índio, em Brasília), nos arquivos da AER/FUNAI/Passo Fundo, na Diretoria de Terras da Secretaria de Agricultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em bibliotecas, departamentos e núcleos de pesquisa em universidades locais, como a UPF, UFRGS e UFSC etc., elementos que registrassem este contexto histórico.

A antropóloga coordenadora fez contato com vários estudiosos da questão indígena e com indigenistas, interações das quais obteve importantes informações. Dados sobre fontes documentais e genealógicas foram repassadas pelos antropólogos Rodrigo Venzon e Maria Helena de Amorim Pinheiro, esta última tendo sido responsável por estudo preliminar sobre a TI Mato Preto. Moradores mais idosos das cidades de Getúlio Vargas e Erebangó narraram episódios sobre a chegada dos "colonos" e suas relações com os indígenas, histórias sobre as antigas aldeias, etc., contudo, recusaram-se serem identificados, por temerem represálias de seus conterrâneos. E finalmente, além das fontes citadas, a investigação antropológica

A

apoiou-se em conhecimento anterior sobre a história e dados sociológicos da rede de famílias Guarani que habitam a região e da bibliografia existente sobre os Guarani³.

16
Proc. nº 150/07
Fls. 1337
e

EM BRASÍLIA

3 A antropóloga coordenadora estuda os Guarani desde 1997, conforme referências bibliográficas indicadas no texto. Realizou pesquisa etnográfica na aldeia Guarani de Cacique Doble de 1997 a 2002 (Cacique Doble é a aldeia na qual a maioria das famílias habitou depois da expulsão de Mato Preto. Parte das informações contidas aqui foram apresentadas no trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Mello 1997), dissertação de mestrado (Mello 2001) e tese de doutorado (Mello 2006). Nestes 10 anos, foram pesquisadas mais de 30 aldeias Guarani do sul e sudeste do Brasil, analisando imbricações entre os deslocamentos territoriais, migração e mobilidade com os sistemas cosmológicos e sociológicos a partir de temas como parentesco, xamanismo, organização social e transformação na sociedade Guarani.

[Handwritten signature]

a) Dados sobre os Guarani

Os Guarani são o povo que reúne o maior contingente populacional indígena do Brasil, com uma população transnacional que supera 65 mil pessoas, segundo estimativa de Assis e Garlet (2004:45). No aspecto lingüístico, o guarani é uma das vinte línguas pertencentes à família lingüística Tupi-Guarani faladas no Brasil e possui inúmeros dialetos que, por vezes, coincidem com distinções étnicas. As etnias Guarani que habitam o território brasileiro são Chiripá (ou Xiripá), Mbyá, Kaiowá e Nhandeva.

Dados arqueológicos indicam que o povo Guarani diferenciou-se dos outros povos Tupi-Guarani num processo próprio de expansão e deslocamento territorial, partindo da região Amazônica a cerca de 4 mil anos, passando pelo centro do continente, às margens do Rio Madeira e em direção sul até toda a extensão das bacias do Paraná e do Uruguai⁴. Neste processo de expansão, originaram-se distintas sociedades, que por sua vez, expandiram-se territorial e lingüisticamente em consecutivos processos migratórios. Na parte meridional do continente da América do Sul, uma rede de inúmeras aldeias pertencentes a este tronco cultural Guarani consolidou uma civilização demográfica, sociológica e culturalmente complexa, que teve seu apogeu em torno de 2000 atrás. O território abrangido por estas ocupações ia de oeste a leste das margens do Rio Uruguai, Paraná e Paraguai até a costa atlântica, e de norte a sul desde as margens dos rios Grande, Tietê, Paraná, Uruguai, até o Rio da Prata e pelo litoral dos estados do ES ao RS, no Brasil e a costa Uruguia. No começo do século XVI, quando da invasão européia, alcançavam um contingente populacional de dois milhões de pessoas ou mais, segundo estimativas (Noelli, 2004:17). Desses e de outros grupos Guarani que coexistiram no tempo e/ou no espaço descendem os grupos Guarani históricos, os Carijó, Apapocuva, os Guarani das missões, etc. e os Guarani atuais, os Mbyá, Chiripá (ou Xiripá), Kaiowá, Nhandeva, Paim, Tambeopé, Ava Guarani, entre outros.

O território de ocupação Guarani tem a mesma configuração espacial há mais de 2.000 anos, o que se comprova através de registros arqueológicos e atuais de ocupação. Segundo La Salvia e Brochado, “a área na qual foram identificados sítios com cerâmica Guarani forma um bloco maciço de aproximadamente 1.200.000 Km², situados entre a

⁴ Para aprofundamento destas discussões ver por exemplo: Metraux 1948. La Salvia e Brochado 1989, Noelli 2004, Monteiro 1992, Noelli, 1993.

costa atlântica e o Rio Uruguai, e estendendo-se do Trópico de Capricórnio até o Rio da Prata” (La Salvia e Brochado, 1989:45). As ocupações atuais (em número decimalmente reduzido e com áreas de ínfimas dimensões em comparação às ocupações pretéritas) dispõem-se nesta mesma área, configurando o território tradicional Guarani.

Este território de ocupação tradicional Guarani apresenta continuidades ambientais e sociológicas importantes (ver por exemplo: Meliá 1990, Monteiro 1992, Noelli, 1993, Ladeira 1992 e 2001, Darella 2004). Conforme ilustram os mapas das páginas seguintes, as ocupações Guarani atuais e pretéritas apresentam padrões de continuidade espacial, ambiental e sociológico. Esta continuidade sócio-ambiental e geográfica está manifesta em várias práticas e discursos dentro do sistema cultural Guarani e informa os deslocamentos territoriais, migrações e circulação de pessoas entre as aldeias.

O território Guarani é sociologicamente composto por uma rede de ‘terras de parentes’, aldeias (*tekoá*) que correspondem a unidades sociais formadas por uma família extensa ou uma associação delas, que por sua vez conectam-se a uma rede de aldeias. Esta rede constitui-se através de relações sociais e políticas fundadas em regras de parentesco, reciprocidade e solidariedade (positiva ou negativa), circulação de pessoas, bens, sementes, plantas e animais. A mobilidade, a circularidade e as migrações consolidam e atualizam as redes de parentesco e reciprocidade entre as aldeias e corroboram para a manutenção da organização social e do *ethos* cultural Guarani, definido por eles como *nhanderekó* (Mello, 2001). A circularidade relaciona-se com eventos sociológicos diversos, de casamentos a falecimentos. Por exemplo, uma vez que casamentos interétnicos são socialmente indesejáveis, a circulação de pessoas entre as aldeias propicia novos casamentos e a consolidação de novas relações de afinidade, que definem a organização social e política de uma aldeia e a conecta a outras aldeias, que compõem redes de aldeias “irmãs” (Mello, 2006). Por estas redes circulam saberes específicos, como especialidades xamânicas, conhecimentos específicos sobre práticas curativas, práticas de agricultura, manejo de sementes, construção de edificações tradicionais, caça, criação e domesticação de animais, além das próprias plantas e animais, levadas pelas pessoas em deslocamento, como um presente a seus anfitriões. Circulam também notícias sobre eventos sociais como nascimentos, casamentos, falecimentos, festas, mudanças de famílias, problemas políticos e fundiários. Circulam pessoas em busca de um novo casamento ou de reencontrar

parentes distantes. Enfim, através de seus deslocamentos entre as aldeias, as famílias Guarani efetivam os laços sociais e políticos que conectam as aldeias entre si.

Em que pese a consolidação das fronteiras nacionais sobre o território nativo pré-existente, a dimensão transnacional de seu território permanece ativa na percepção dos Guarani, e orienta a constante circulação de pessoas em visitas a seus parentes por diferentes pontos dentro deste território, não considerando as fronteiras nacionais como obstáculo. As migrações realizadas pelos grupos Guarani mantêm e atualizam várias práticas culturais sociológicas e religiosas.

As práticas sociais e os discursos sobre suas migrações demonstram que as pessoas Guarani compreendem este território como um *continuum* que supera estas fronteiras implantadas sobre ele pela sociedade nacional, os “*djurú*”⁵ (ou “os brancos”), como dizem os Guarani. Este *continuum* sociológico estabelece uma rede de “terras de parentes” dentro da qual as pessoas migram (Mello, 2001). Devido a padrões sociais de casamentos entre pessoas de aldeias diferentes (endogamia étnica baseada em exogamia entre aldeias), as pessoas circulam entre diferentes aldeias no decorrer de sua vida. Uma mãe 6 de filhos casados, por exemplo, pode ter filhos/as e netos/as em Misiones, na Argentina, no Espírito Santo, sudeste do Brasil, no litoral de Santa Catarina e no oeste do Rio Grande do Sul, e esta mãe circulará entre estas aldeias, assim como seus descendentes, estabelecendo novas relações sociais, propiciando arranjos matrimoniais e outras formas de alianças. O território Guarani compõem-se sociologicamente por uma rede de “terras de parentes” porque as aldeias (*tekoá*)⁶ conectam-se a uma rede de aldeias, (*Mbyáretãmeme*), através de relações sociais fundadas em regras de parentesco, reciprocidade e solidariedade (positiva ou negativa). Assim, a forma de ocupação territorial “tradicional” Guarani caracteriza-se pela mobilidade ou circularidade entre aldeias dentro de seu território.

A manutenção da mobilidade e das redes de conexão entre as aldeias é fundamental para a manutenção da organização social e do ethos cultural Guarani, definido por eles como *nhanderekó* e que aponta para elementos cosmológicos centrais desta cultura. Mato Preto faz parte de uma rede social formada por várias aldeias.

⁵ As palavras em guarani (assim como as em outras línguas) estão destacadas em itálico. “*Djurú*” é o termo com que os Guarani referem-se aos não-índios, aos “brancos”, pessoas pertencentes às sociedades nacionais, descendentes do pensamento europeu ou ocidental.

⁶ *Tekoá* é a denominação para aldeia, somando habitações, roças e mata.

de

As fronteiras impostas pelo surgimento dos estados nacionais fragmentaram o extenso território de ocupação, e a crescente ocupação da população não indígena reduziu as possibilidades de deslocamento, limitando a continuidade de certos hábitos culturais relativos a esta dinâmica, porém a circularidade característica deste grupo corroborou com a manutenção de uma efetiva unidade cultural e lingüística dentro deste espaço físico que une as aldeias espalhadas dentro deste território. A manutenção da língua Guarani como primeira língua, o que se observa em boa parte das aldeias, é um dos alicerces desta unidade cultural. Nas aldeias Guarani do sul do Brasil, a língua falada é o guarani, com variações dialetais. A língua portuguesa é usada apenas para contato com os não indígenas e o bilingüismo é uma característica dos mais jovens, pois a maioria dos mais velhos têm pouco ou nenhuma fluência na língua da sociedade envolvente. Um dos critérios mais efetivos de diferenciação das etnias Guarani entre si é o aspecto lingüístico⁷. Diferenças de verbos, substantivos, sotaques etc. podem dificultar ou mesmo inviabilizar a comunicação entre falantes de dois dialetos Guarani, o que é usado como marcador de identidades. Na cultura Guarani há uma ostensiva resistência à assimilação dos valores de outras culturas e o monolinguismo na língua Guarani é uma de suas manifestações. Na aldeia *Ka'aty*, por exemplo, as 63 pessoas são falantes do Guarani (mesmo as 3 pessoas não-indígenas que casaram-se com pessoas da aldeia usam o guarani, pois as conversas cotidianas são monolíngues na língua nativa e os mais velhos consideram indesejável o uso do português). O uso do português da-se apenas em presença de não falantes do guarani e alguns velhos e mulheres não dominam a língua portuguesa. Os Guarani que habitam Mato Preto são na maioria pertencentes ao subgrupo Chiripá e alguns ao subgrupo Mbyá.

A diversidade de etnônimos e autodenominações para as etnias Guarani é histórica. Os Chiripá, até algumas décadas, eram associados aos Nhandeva. Estudos recentes baseados em pesquisas de campo, contudo, elucidaram tratar-se de um grupo distinto dos Nhandeva que habitam o interior do PR, SP e MS. Estas diferenças evidenciam-se lingüística e sociologicamente, indo desde tipos diferentes de construção a hábitos religiosos e matrimoniais distintos. Quando falamos em Chiripá, estamos nos referindo aos grupos que habitam o interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e o

⁷ As distinções lingüísticas são fundamentais para a definição das fronteiras étnicas entre os subgrupos Guarani. A pluralidade de etnônimos trazidos pela vasta bibliografia histórica soma-se às inúmeras autodenominações reivindicadas pelos próprios Guarani, ilustrando a diversidade de nomes e de distintas compreensões sobre a cultura Guarani, da perspectiva Guarani e não indígena.

[assinatura]

1150/07
1342
e

litoral (do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que possuem similaridade cultural e linguística com os grupos Mbyá.

Entretanto, existem alguns consensos ferramentais que devem ser compreendidos nesta pluralidade para nominarmos os subgrupos presentes nas várias aldeias Guarani distribuídas por este território de ocupação tradicional descritos abaixo.

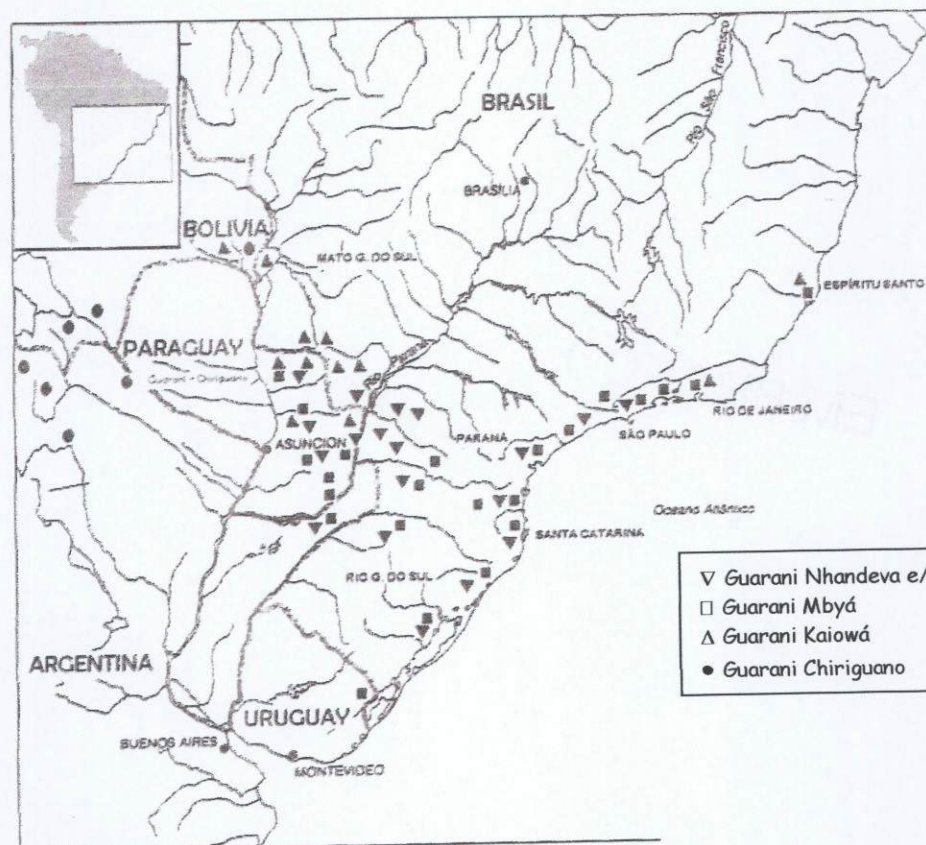
A distribuição espacial da população Guarani em seu território tradicional é transnacional, abrangendo Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia. No território brasileiro os Guarani habitam os seguintes estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul. As etnias, aqui tratadas a partir de seus etnônimos, distribuem-se da seguinte forma: Os Chiripá, os Mbyá e os Nhandeva, habitam o litoral dos estados do ES, RJ, SP, PR, SC, RS, e oeste dos estados de SP, PR, SC e RS. No MS, habitam os Kaiowá e os Nhandeva (que são ali denominados Guarani apenas). No Paraguai habitam as mesmas etnias que habitam o Brasil, na Bolívia, os Chiriguano, na Argentina e Uruguai, os Mbyá e Chiripá.

Nas aldeias Guarani do litoral e do oeste dos estados do sul do Brasil, dá-se intensa coabitação entre os Mbyá e os Chiripá (que também autodenominam-se Paim ou Tambeopé). A coabitação entre as duas etnias é comum nas aldeias do sul do Brasil, o que acontece também, porém com menor frequência, nas aldeias do sudeste. Os dois subgrupos realizam entre si freqüentes alianças nas esferas políticas e de parentesco, por isso é comum encontrar num grupo familiar Chiripá, uma ou mais pessoas Mbyá e vice-versa. Em geral, o grupo adota uma das duas etnias para autodenominar-se, de acordo com a autodenominação da família da liderança.

A

1150107
1343
E

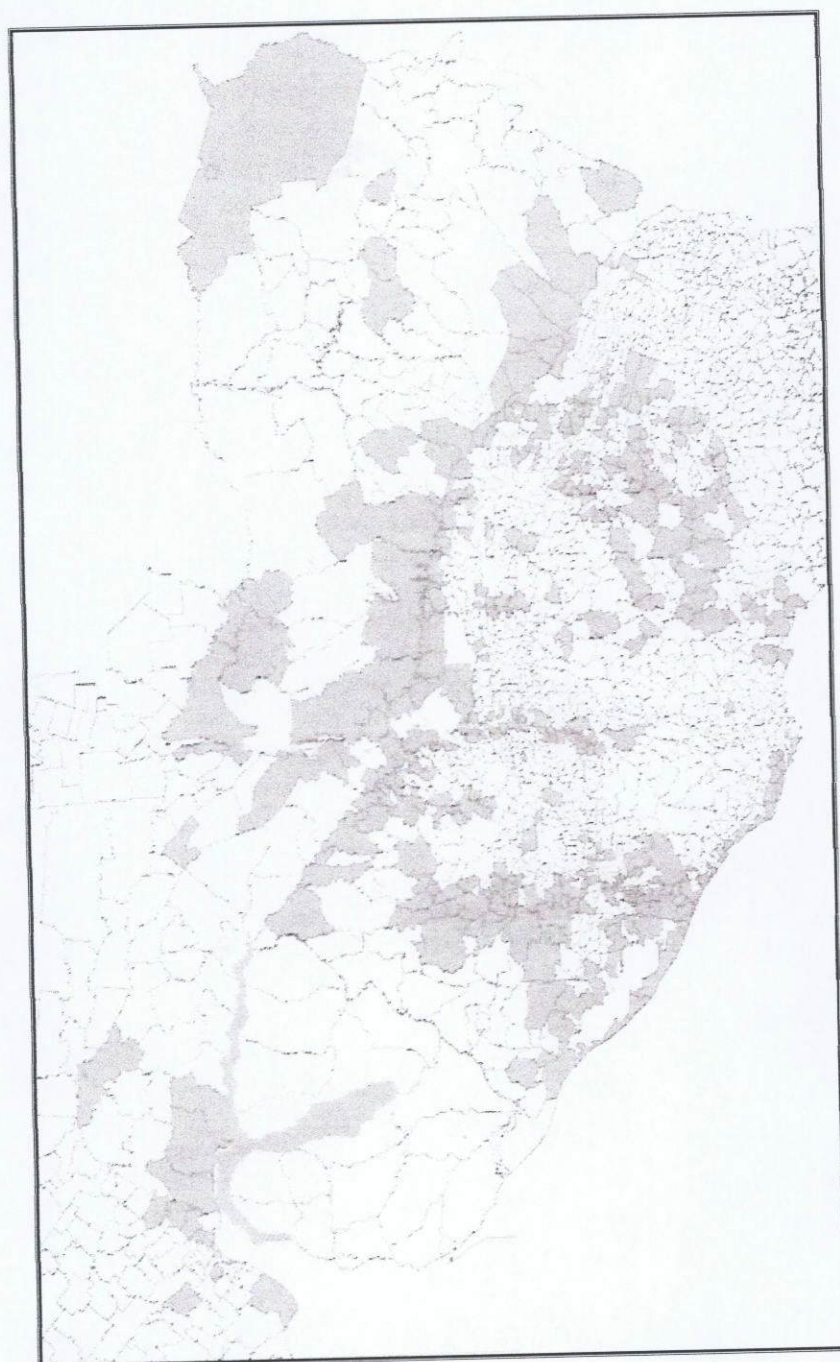
Distribuição das etnias dentro do território Guarani, que localiza os subgrupos Chiripá, Nhandeva, Mbyá, Kaiowá e Chiriguano.



Fonte: Calavia Saez, 2004: 12

J

**Distribuição geográfica das evidências arqueológicas da presença Guarani
no sul do continente (Mapa dos municípios, departamentos, províncias e estados
com evidências arqueológicas Guarani).**

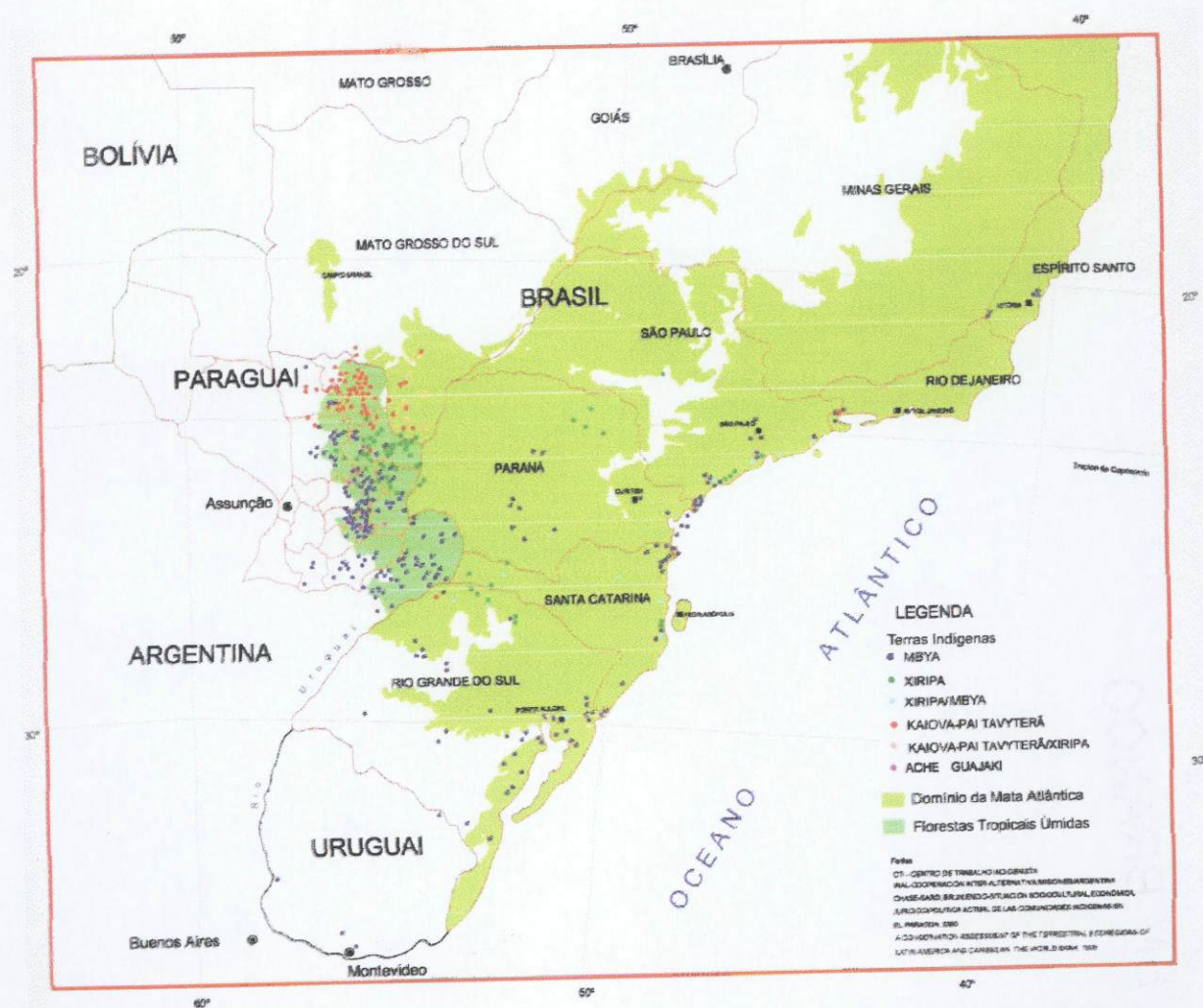


Fonte: Noelli (2004:19)

JS

Localização das áreas atualmente ocupadas pelos Guarani

Proc. nº 24 1150/07
Fls. 1345
Rubrica



Fonte: CTI (2004:7)

[Handwritten signature]

b) Histórico de ocupação da terra indígena de acordo com memória do grupo étnico¹

1 *Tekoá Ka'atĩ* na memória de atuais e antigos moradores

No tempo em que os velhos entrevistados eram crianças, *Tekoá Ka'atĩ* era uma *tekoá* habitada por vários grupos familiares Guaraní. Estas famílias habitavam uma área de densa floresta, com belos rios ricos em peixes e animais de banhado, que proviam abundantes recursos naturais para as famílias. Esta aldeia tinha seu centro numa grande clareira onde localizava-se a casa de rezas e a casa da família do *opyguá* (xamã responsável pelos cuidados e rituais diários ligados à casa de rezas), Karai Natalício e as casas de alguns de seus irmãos. Segundo Quirina Natalício, viúva de um dos irmãos Natalício, as casas das pessoas da família de seu marido ficavam próximas e eram numerosas. Vários dos irmãos e suas filhas, filhos e algumas netas casadas moravam neste grande núcleo. Mais afastadas ficavam várias outras famílias, que viviam distante, em núcleos ligados entre si por picadas no mato. Os Natalício tinham uma roça enorme e dividiam os produtos de seus cultivos com as outras famílias da aldeia. Ao redor das roças, armavam mundéus (armadilhas do tipo arapuca, para a captura de roedores e aves).

Nesta época (primeiras décadas do século XX), esta aldeia foi sofrendo intensas transformações, devido à chegada de famílias de imigrantes (chamados regionalmente de “colonos”) para participar dos projetos de “colonização” do governo. O uso do mato foi ficando restrito, assim como pontos importantes dos rios. Alguns “brancos” chegavam armados, construíam suas casas e expulsavam os antigos moradores indígenas, que iam recuando suas casas e roças na direção do centro da aldeia. A

¹ Este bloco é complementado pelo bloco seguinte, onde resumo informações documentais e bibliográficas sobre a região, com objetivo de cruzar os dados bibliográficos, documentais e etnohistóricos. Os relatos de velhas/os Guaraní e Kaingang que viveram e/ou conhecem a memória sobre a ocupação desta região narram alguns eventos deste período. Segundo as narrativas indígenas, no início do século XX esta região configurava uma grande extensão de mata, ocupada pelos Guaraní, a oeste, e os Kaingang a leste. A ocupação “branca” ou não indígena, restringia-se a algumas poucas habitações a leste das terras dos índios e uma vila mais distante, ao norte, chamada Paiol Grande (hoje Erechim). A chegada dos primeiros “gringos” foi assistida pelas famílias Guaraní sem muito receio, que os consideraram inicialmente pacíficos e por vezes amistosos. Coabitaram alguns anos, até iniciar-se o processo de ocupação branca mais ostensiva e violenta. Algumas famílias Guaraní, coagidas, fugiram de suas terras, outras mudaram suas moradias para o entorno da casa do cacique. Por muitos anos, várias famílias Guaraní permaneceram nas terras, mesmo intimidados pelas ameaças e os ataques sofridos. O conflito culminou com a intervenção do Estado e do SPI, que na década de 1930 promovem o deslocamento compulsório de várias famílias indígenas para outras TIs e expulsam as famílias restantes. Segundo relatos, várias famílias Guaraní persistiram morando nas matas, escondidas, até a exploração de madeiras e outros recursos naturais desconfigurar a região. Relatos semelhantes podem ser encontrados em estudos sobre os Kaingang de Ventarra (ver Catafesto, 1995, Veiga, 1998).

sk

preocupação e o medo tomaram conta das famílias. O processo de colonização da região acirra-se nas décadas de 1910 e 1920. Em 1908 é fundada a Colônia Erechim e em 1929, a criação dos lotes de colonização na Floresta Matto Preto, confina definitivamente as famílias aos últimos núcleos, de 223 ha. Por volta da metade da década de 1930, várias das famílias que permaneceram na área dos 223 ha. foram removidas e transportadas em boleias de caminhão até o Toldo Nonoai. Algumas famílias escaparam pelo mato. Entre elas, a família de Quirina Natalício, como registram suas narrativas no bloco seguinte.

O velho Karai Natalício e sua esposa Licanda Mariano, alguns de seus filhos e sobrinhos permaneceram na mata, isolando-se do contato com os “brancos”, vivendo quase que “escondidos” até o falecimento dos velhos. Karai Natalício faleceu primeiro, e sua viúva viveu ali ainda alguns anos, cuidada por seus netos, sobrinhos netos e bisnetos (Uma dessas bisnetas era D. Maria da Silva Gomes, mãe de Turíbio, que prestou depoimento ao GT).

Os blocos a seguir foram compostos a partir de transcrições dos depoimentos de moradores antigos e atuais da aldeia. Dentre entrevistados estão: João Maria Werá Mariano, Quirina Natalício e seus filhos Luís e Júlia (TI Salto do Jacuí), Fernande Natalício (TI Ventarra), Pedrinho Mariano (TI Serrinha), Turíbio Gomes (TI Itapuã), Rosa Mariano Pereira (TI Mbiguaçu), Alcindo Werá Moreira (TI Mbiguaçu), Adelcio Natalício (TI Mbiguaçu), Clementino Barbosa (TI Araça'i). Vários relatos de Eduardo Karai Guaçu Martins (falecido em dezembro de 2003) foram contados por sua filha, Lurdes Ará Martins, seu genro Ernesto Kuaray Pereira e alguns de seus netos. Na sequência, trarei compêndios dos depoimentos prestados ao GT:

1.1 As famílias que habitaram a aldeia antiga e seus descendentes:

João Maria Werá Mariano foi morador da aldeia na época de Karai Natalício, pai de sua falecida esposa. Atualmente (em 2004), com 91 anos, ele aconselha as tomadas de decisão na atual aldeia de Mato Preto. João Maria morou em Mato Preto desde bem jovem, com seus pais e seus oito irmãos. Seu pai, João Visarde Marino Mariano e sua mãe Catarina Kereçu Mariano, viveram ali, juntamente com as famílias de dois irmãos de João Marino Mariano (também chamado João Coche).

Em entrevista ao GT, no local onde ficava sua casa (local próximo à linha férrea, a cerca de 700 m. a nordeste do atual acampamento) João Maria relembra eventos sobre a antiga Mato Preto:

[Assinatura]

“Eu vim até aqui (para Mato Preto) com o velho pai e a mãe, veio tudo para cá. Moramos aqui, desde que eu era piazote, do tamanho desse aqui [ele aponta um menino de cerca de 8 anos]. Daí me criei (...) e casei com Dona Alicia. (...) Aqui moravam os irmãos do pai. Moravam lá pra baixo, que eu andei (aponta em direção sul). Mas agora tá tudo limpo. Era puro mato isso aqui, tinha uma sanga. Era muita piazada, agora já morreu tudo” (...)

“É aqui mesmo que eu morei muitos anos [mostra local onde ficava sua antiga casa]. (...) Aqui morava, aquele tempo, o meu sogro. Aquele tempo eu me agradei da filha dele. Então nós casemos. Depois botemos as casas mais pra lá, pra lá daquele banhado, que tinha ali, agora não tem, secaram [refere-se a um banhado secundário, indicado no croqui da aldeia]. Naquele tempo que eu andei por aí tudo, era tudo mato. Depois botaram colônia, tivemos que sair. (...) No tempo que eu tava aqui não tem nem estrada de ferro aí, era tudo mato. Por tudo andei nesse mato, naquele tempo. Naquele tempo era só mato, agora tá triste! Daí que foi cortado madeira, depois que saí. Cortaram madeira e saiu tudo os bichinho que tinha aí, não tem mais nada”. (...) Naquele tempo só nós que andava aí. Ali atrás, pra trás dali, tudo mato [aponta em diversas direções]. Andei por tudo lá. (...) Até o Rio Toldo, que tem ali, ali tem peixe também. Ali eu tirei peixe grande, tinha traíra, lambari, tudo. Agora não tem mais, tudo colônia. Naquele tempo tinha, ao redor ali, aquele tempo tinha.”

(João Maria Werá Mariano, Mato Preto, agosto 2004).

Em Mato Preto, João Maria conheceu sua falecida esposa, Alicia Natalício, filha do cacique da aldeia na época. Seus sogros estão enterrados próximos da área que eles ocupam agora, onde fica o antigo cemitério e a antiga moradia da família de sua esposa (cerca de 300 metros ao norte do acampamento – ver croqui na quinta parte deste documento). João Maria encontra-se bastante lúcido e relembra fatos e locais ligados à antiga aldeia. Vejamos um pequeno trecho de um de seus depoimentos ao GT (registro feito no antigo cemitério, local em que estão enterrados os pais de sua falecida esposa, Alicia Natalício):

João Maria - Aqui que morreu o sogro. No tempo que andava por aí o pai dela, o Karai, velho e a velha e morreu daqui. Morava ali embaixo o meu sogro, o velho Natalício, o Paulino, irmão dele, João Felício era mais um

1

irmão dele também. São três, quatro, parece (vide genealogias). (...) Tudo aqui, tudo junto que morava aqui. Foi enterrado aqui. (...)

Era... não dá mais pra ver esse. Eles moravam mais perto da água, agora não tem mais a água, passava ali, tem uma sanga...

Flávia – E a dona Alicia, nasceu aqui?

João Maria - Nasceu aqui. (...) Aqui que ela sempre viveu. E depois que morreu a mãe, era vivo ainda o pai, depois, ficou só eu de família dela e saímos pra Cacique Doble. Depois que morreu o pai. E tinha mais irmão dela. Tinha muito rapazada. Não tem mais nada. Se foi tudo. O mais novo parece que faz um ano que morreu, eu ouvi falar.

(João Maria Mariano, Mato Preto, agosto de 2004).

Dos sete filhos de João Visarde Mariano com suas duas esposas, estão vivos João Maria, Lucídio e Pedrinho. Lucídio Mariano mora atualmente na aldeia Guarani de Bracuí, no estado do Rio de Janeiro. Como já vimos, vários filhos dos irmãos já falecidos de João Maria o acompanharam na retomada, entre eles, o casal Lurdes Ará Martins e Ernesto Kuaray Pereira (ambos filhos de duas das irmãs de João Maria) e seus descendentes.

Pedrinho Mariano tem cerca de 74 anos, é viúvo e pai de 6 filhos. É o irmão mais novo de João Maria Mariano, o caçula dentre sete irmãos. Pedrinho Mariano era muito jovem (provavelmente com 8 ou 10 anos) quando deixou Mato Preto, mas recorda-se de alguns eventos:

“Aqui ficavam os parentes. Quando eu era pequeno, vivi aqui. Eu só não conheço tudo, só um pouco, porque eu era piá, não me lembro mais! E agora que o meu irmão veio que eu vim a conhecer bem como era o lugar. Agora eu vou vir morar com eles aí. Pois se meu falecido pai e a falecida mãe moraram, moraram e morreram, tão enterrados aqui. Se eu morrer, vou ser enterrado aqui também. (...) Pois daqui o que me lembro é que aqui era puro mato, puro mato, puro mato! Pinheiro tava fechado! Agora não tem mais nada! Agora quando a gente passa esquece de tudo, vem aqui e não sabe mais onde é aquele matão! Diferenciou tudo! Não é como eu andava quando era pequeno, mato fechado, pinheiro que tinha que Deus o livre! Agora não se vê nem um pé de pinheiro quase! Nem mato se vê mais, só eucalito

4

plantado por aí! Tem lá aquele matinho, mas aquilo nem mata não é mais!
Bem dizer capoeirão. E antes não era assim, pois não era! Andava e perigava
se perder dentro do mato! Estrada era estrada de cavalo, de cavaleiro e de a
pé, só”.

(Pedrinho Mariano, Mato Preto, agosto de 2004).

Na foto abaixo os irmãos Pedrinho e João Maria Mariano posam com seus
sobrinhos: Lurdes Ará Martins, Ernesto Kuaraý Pereira (com filhos e netos).



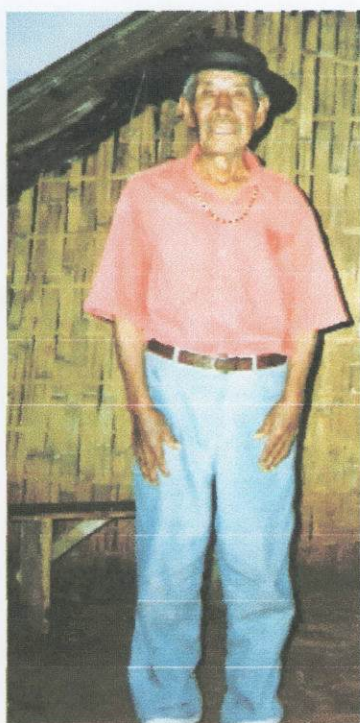
Da direita para a esquerda: Pedrinho Mariano, João Maria Mariano, Lurdes Ará Martins, Ernesto
Pereira, Sanico Pereira, as crianças, Luana e Érica e Darci da Silva.

sk



Prova de destreza: Quando caminhávamos até o local onde fica o antigo cemitério, próximo à sepultura de seus sogros, João Maria Mariano, apesar da idade, percebeu, perseguiu e matou uma cobra venenosa na beira dos trilhos. Ele terminou sua tarefa e alertou as crianças que nos acompanhavam do perigo de brincar ali.

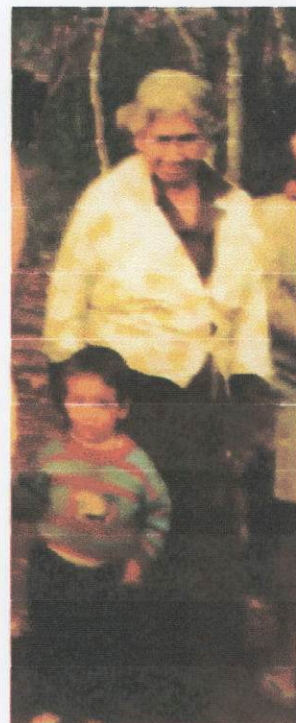
Na sequência, três antigos moradores de *Tekoá Ka'atý*: João Maria Mariano, Eduardo Karai Guaçu Martins e Alicia Natalício.



João Maria Mariano



Eduardo Karai Guaçu Martins



Alicia Natalício

af

A esposa de João Maria, Alicia Natalicio, faleceu em Cacique Doble, em 1998. Nascida em Mato Preto, ela é uma pessoa muito lembrada por seus parentes que vivem atualmente em Mato Preto pela sua sabedoria, seus conhecimentos sobre ervas curativas e pelo cuidado especial que dedicou aos sobrinhos de seu marido. Alicia e João Maria não tiveram filhos, o que é muito raro em famílias Guarani, porque além de haver um amplo acervo de tratamentos físicos e espirituais para a infertilidade que têm uma eficácia muito efetiva para as famílias que os usam, é pouco comum que um casamento que não gerou filhos (nem mesmo adotivos, prática também bastante comum) dure tanto quanto o deles, que foi o único casamento de ambos e durou pelo menos 70 anos.

Alicia também viveu em Mato Preto por muitos anos. Seu pai, o “velho Karai Natalicio”, como referem-se a ele, era um homem muito respeitado por sua determinação, sua força e sua inteligência para liderar a aldeia. Ele foi o cacique que estava à frente de toda a negociação e luta pela permanência dos Guarani em Mato Preto no período da expropriação das suas terras e matas durante a colonização.

A família Natalicio, assim como as famílias Mariano, Pereira e Moreira contam muitas gerações que viveram nesta terra e têm um longo vínculo genealógico e territorial com Mato Preto. Nestas sociedades organizadas em famílias extensas, e no caso Guarani, com tendências endogâmicas, as redes de parentesco configuram redes sociais, políticas e territoriais, que ordenam sociologicamente as relações históricas do grupo.

↓



Da direita para a esquerda: Santa Moreira, com Tatiana no colo, Alicia Natalício, Terezinha Pereira, Érica Irwá da Silva (liderança da aldeia atual) e as crianças: Sheila, Adelina, Ivete, Diego e Rodrigo. Foto tirada em abril de 1997, em Cacique Doble. por Flávia C. de Mello, assim como a foto abaixo. Parte do arquivo fotográfico apresentado em Mello (1997).



Alicia Natalício e Santa Moreira. Cacique Doble, 1997.

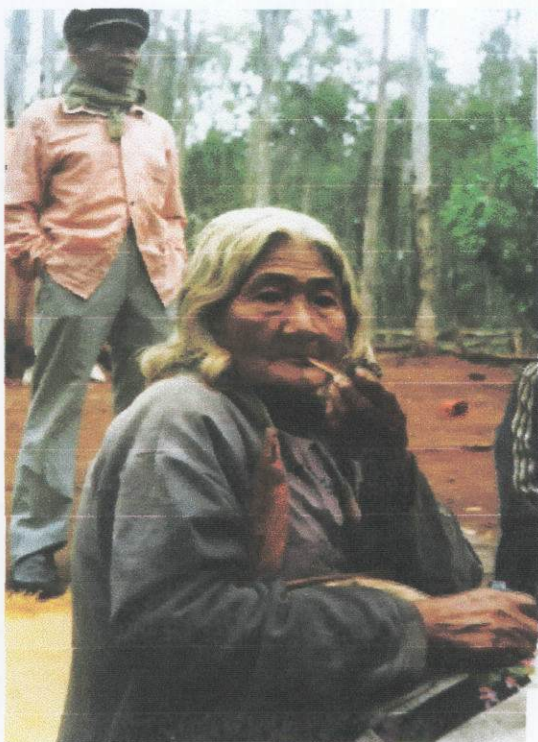
st

As famílias Mariano e Natalício casaram seus filhos entre si por várias gerações. A mãe de Alicia, Dona Licanda Mariano Natalício era tia paterna de João Maria, o que indica que nas gerações anteriores as famílias já haviam estabelecido as relações de aliança que fundaram a família extensa e que dava coesão social à aldeia.

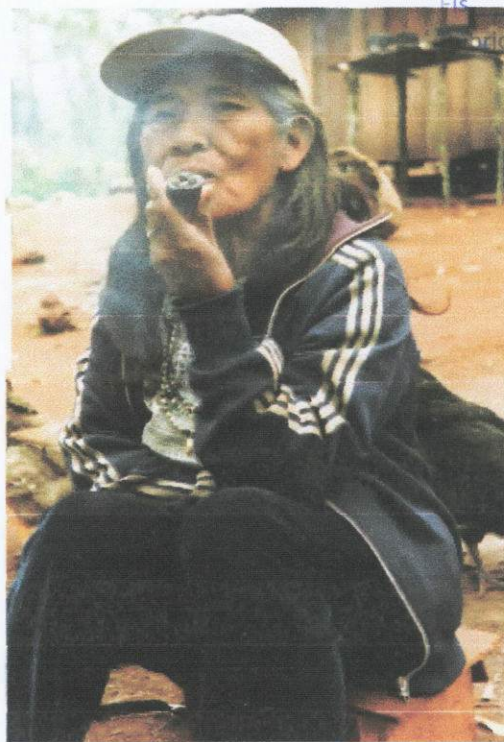
Os irmãos Natalício da geração anterior à geração de João Maria ocupavam posições de liderança política da aldeia nas primeiras décadas do século XX. O pai de Alicia, o “Velho Karai” Natalício, (como meus interlocutores referem-se a ele), foi um dos que resistiram mais ferrenhamente à perda das terras de Mato Preto. Ele e seu irmão João Natalício ficaram em Mato Preto até o momento da expulsão sumária. (Ver a seguir relato da viúva, Quirina Natalício). Depois da expulsão, alguns Guarani ainda voltaram para o local por várias vezes, para utilizar recursos da mata. Karai Natalício e sua esposa Licanda Mariano refugiaram-se no mato e ali viveram por mais alguns anos, sob o cuidado dos filhos e irmãos mais novos, até falecerem.

Quirina Natalício é uma das pessoas mais idosas que moraram na antiga aldeia Mato Preto. Na data de seu depoimento ao GT², dias 09 e 10 de setembro de 2004, contava aproximadamente 98 anos. Nascida na TI Guarita, ela foi morar em Mato Preto muito jovem, quando casou-se com João Natalício, irmão mais novo do “velho Natalício”, ou Karai Natalício, cacique da aldeia por muitos anos. Os irmãos eram muito unidos e seu marido, João Natalício, sempre viveu junto dos irmãos mais velhos. Ela sentia falta dos pais e dos irmãos, no início. A família do marido a recebeu muito bem, “como filha” e ela vivia bem ao lado do marido. João era bem mais velho do que ela. Era viúvo, muito experiente e viajado. Ela era “moça nova”, tinha “medo dos brancos”, mas sabia que o marido ia sempre cuidar dela e dos filhos. Em *Tekoá Ka'aty* nasceram seus quatro filhos, Júlia, Luís, Júlio e Fernande. Logo que se casou, Quirina foi morar numa área de boa mata e local muito agradável, próximo a um grande banhado onde os Guarani caçavam capivaras, chamado por eles de *Yakã ete'i*. Passaram uma época boa lá. Depois, porém, a situação ficou difícil. Por várias vezes tiveram que mudar sua casa de lugar, pois os “brancos” estavam “se criando muito”, como ela define, e as casas e fazendas deles iam ocupando áreas cada vez mais próximas da aldeia. Quirina, seu marido e filhos passaram a morar ao lado da casa do cacique Karai Natalício, que ficava próxima à linha de trem.

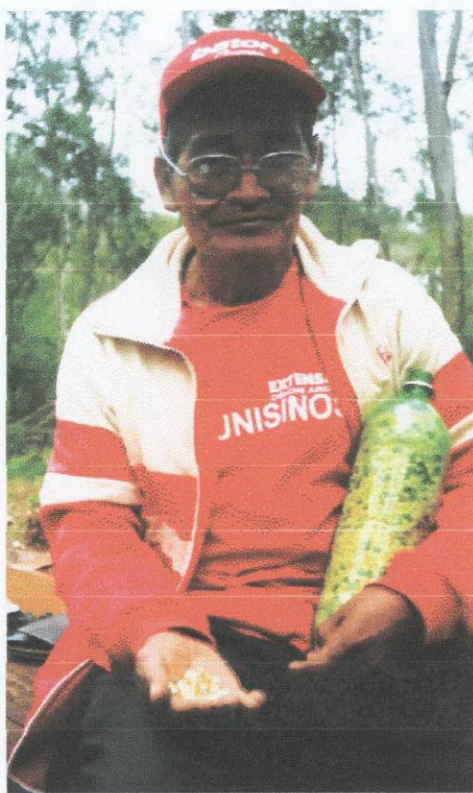
² Quirina não fala português fluentemente e seus relatos foram língua em Guarani. As entrevistas foram traduzidas trecho a trecho no momento das falas por seus filhos Júlia e Luís, que acompanharam as entrevistas. Posteriormente, as gravações foram revisadas por Siberiano Moreira (vice-cacique de Mato Preto), que acompanhou todas as atividades do GT e colaborou nas traduções.



Quirina Natalício



Júlia Natalício



Luis Natalício mostra sementes do milho “pintadinho”, *avatchi pará*

dr

A mata do entorno foi diminuindo e as fazendas dos *djuruá* aproximavam-se do centro da aldeia. Algumas famílias partiram. Outras persistiram, permanecendo em suas casas até o dia da expulsão ostensiva, narrado por D. Quirina Natalício: Segundo relato de D. Quirina, num dia seu marido, João Natalício saiu cedo e não voltou até o começo da tarde, o que não era seu costume. Quirina se alertou. Ela estava sozinha com quatro crianças pequenas e aqueles tempos tinham sido tensos, os brancos estavam andando por todos os lados e os homens da aldeia preparavam-se para a “guerra”. Finalmente, João chegou muito nervoso e disse: “Prenderam a família do Joaquim (um dos irmãos mais velhos de João). Licanda, o velho e os rapazes se esconderam no mato, vamos fugir!”. Às pressas arrumaram as coisas e partiram. Fugiram pelo mato e dias depois chegaram na aldeia Cacique Doble, onde moravam seus parentes.

João Natalício deixou Quirina e as crianças em Cacique Doble e voltou para apoiar o irmão, que permaneceu em *Tekoá Ka'atÿ*, escondido na mata com sua esposa. Quando teve certeza que os velhos ficariam bem, João voltou a Cacique Doble, onde morou com a família por muitos anos. A resistência do “velho Karai” Natalício e Licanda, sua esposa, que recusaram-se a abandonar a terra onde viveram e ali viveram até falecerem é a história mais recorrente entre os entrevistados. Várias pessoas em várias aldeias repetem esta história, figura do casal “velho Karai Natalício e sua esposa, Licanda” e seus feitos quando velhos e quando jovens faz parte do acervo de vários entrevistados.

Atualmente, Quirina Natalício vive na aldeia de Salto do Jacuí, no município homônimo, com seus 4 filhos, 12 netos e 5 bisnetos e 2 tataranetos. Ela tem ainda mais 5 netos, vários bisnetos e tataranetos vivendo em outras aldeias, entre eles, Adelcio Natalício (que mora na aldeia de Mbiguaçu/SC e prestou depoimento ao GT). João Natalício, faleceu em 1985 já bastante idoso, em Salto do Jacuí, RS. Júlia e Luís Natalício, que eram crianças quando deixaram Mato Preto, conheciam bem essas histórias, que segundo eles, ouviam sempre desde jovens. Apesar de não se lembrarem desses acontecimentos, eles lembravam das histórias contadas pelos pais sobre o ocorrido. O falecido João sempre alertava aos filhos da importância de *Tekoá Ka'atÿ*, e até seus últimos dias ainda nutria a esperança de voltar para lá.

↓

1150/07
1357
C

Quirina Natalício, com seus filhos Júlia e Luís (nascidos em Mato Preto), genro e alguns netos e bisnetos.

Luís resumiu em português algumas passagens a respeito de Mato Preto que foram narradas por seu pai, lembradas sua mãe e por ele e sua irmã:

“Como meu finado pai comentou, essa terra era muito importante... E a mãe que lembra bem de lá, eles falam que essa terra é muito importante para nós. O pai batalhou muito por aquela terra, foi até falar com o governador. (...) Ele ia de vez, andava pra lá quando era novo, e voltava dizendo que os brancos estavam dando fim em tudo. Desde que o tio morreu, o pai não teve mais gosto de passar pra lá. Eles queriam voltar... Nós morava lá em Cacique e o velho Eduardo chamava, “vamos lá olhar” e o pai “não”. (...) Agora, se fosse para voltar, ele queria voltar! (...) E diz que tá no documento, no nome do tio, do pai, aquela terra, e esse documento tá afirmando que é no nome dos índios mesmo essa terra. Até o Eduardo mesmo, lá de Cacique Doble se lembra dessa história. Eles foram tudo para Porto Alegre, falaram tudo, e lutaram” (...).

(Luís Natalício, Salto do Jacuí, setembro de 2004).

JK

O “velho Eduardo” citado por Luís é Eduardo Karai Guaçu Martins. A figura de Eduardo era uma constante nas narrativas sobre o passado, onde ele era lembrado como alguém que nunca se conformou em ter que abandonar Mato Preto. Quando mais jovem, Eduardo voltava às matas da antiga aldeia, visitava os rios e antigos lugares de uso para observar como estava seu estado geral. Convidava e estimulava as outras famílias a retornarem a Mato Preto, sem sucesso.

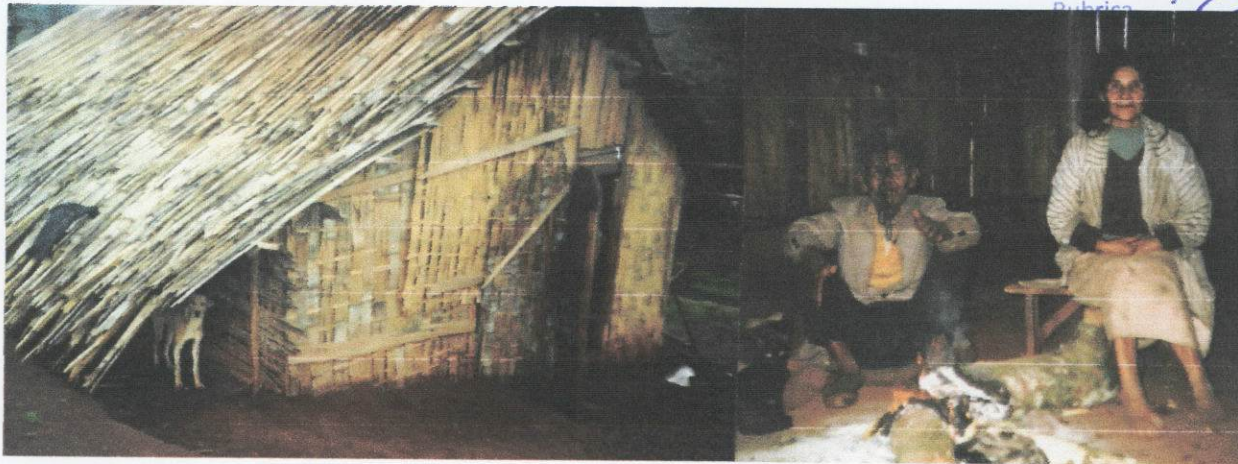
Eduardo era um homem viajado e falava várias línguas, dos distintos dialetos do Guarani ao Kaingang, do português ao espanhol e italiano. Além disso, possuía uma sabedoria especial, um dom. Ele era um poderoso Karai (xamã). Era uma figura imponente e sua opinião era muito considerada pelos mais jovens, que buscavam Eduardo para se consultarem física e espiritualmente. Junto com João Maria e Érica, Eduardo incentivou os mais jovens a irem conhecer Mato Preto há décadas atrás. Ele faleceu alguns meses depois da chegada à Mato Preto, em dezembro de 2003, com cerca de 100 anos.

Eduardo morou em Mato Preto na juventude, com sua primeira esposa, Ernestinha Mariano e os irmãos dela. Sua casa ficava próxima à casa de seus sogros e das matas onde ocorriam os sepultamentos (*vykuá ymã*) (ver croqui na “quinta parte” do Relatório). Sua primeira esposa, Ernestinha Mariano, com quem teve seus quatro filhos, era irmã de João Maria e Pedrinho (e outros já falecidos). Eduardo trabalhou como operário na construção da ferrovia. Lembrava-se quando começaram a “tirar a mata”.

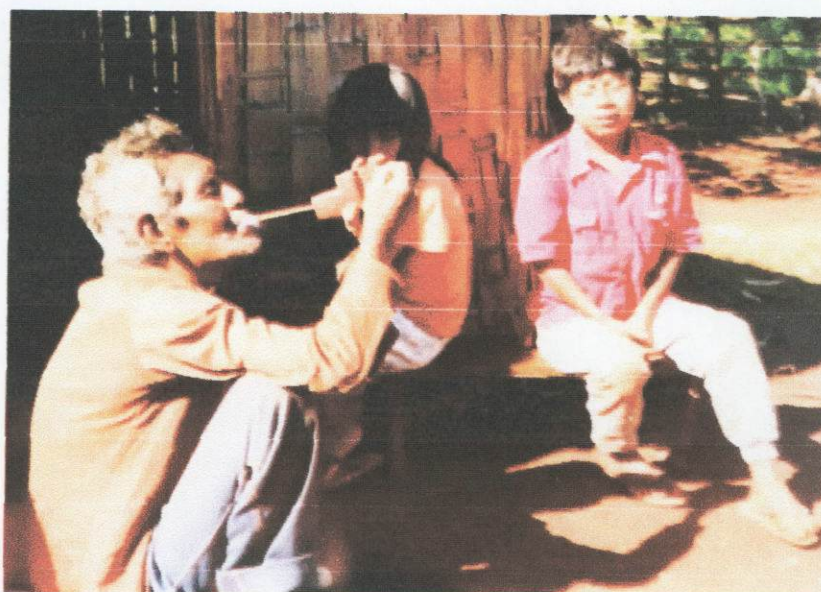
“O velho Eduardo morou muitos anos aqui, depois daqui é que ele foi pra Nonoai. Ele explicou pra nós. Ele contou: “Olha, esse trilho de ferro ali, eu ajudei a fazer, eu ajudei a limpar”. E ele disse também que ele se lembra bem, que quando eles saíram, e eles sempre queriam voltar. Eles vinham de Votouro pra Cacique Doble, eles passavam por aqui. Eles passavam por aqui, mesmo tempos depois já que os brancos entraram. Ficavam olhando, reparando onde era a casa dele, naquele tempo, dos parentes, tudo! Ele não se conformava, porque naquele tempo ele conhecia bem, e aqui era só mato. Eles paravam na aldeia daqui e depois iam pra Cacique Doble. Depois voltavam pra Erexim, aqui, né, Mato Preto... Então, ele sempre dizia, que a gente tinha que voltar pra cá, que aqui era nossa terra! “

(Siberiano Moreira, Mato Preto, agosto de 2004).

✱



Vista externa e interna da casa de Eduardo e Érica, em Cacique Doble, 2000.



Eduardo fumando seu *petynguá* enquanto contava histórias para as crianças. Fotografias tiradas por Flávia Cristina de Mello, Cacique Doble, agosto de 2000, parte do acervo de fotos da pesquisa desenvolvida durante trabalho de mestrado (Mello, 2001).

Clementino Barbosa, 92 anos, foi outro antigo morador localizado pelo GT. Clementino viveu em Mato Preto na sua infância, por poucos anos. Seus pais, Maria da Silva (*Ywareté*) e José Barbosa mantinham uma casa de caça e pesca, onde passavam algumas épocas do ano. Suas narrativas reforçam a idéia de que esta área sofreu intensa

St

degradação ambiental nos últimos 50 anos³ e a importância da mata de Mato Preto para a manutenção de hábitos culturais Guarani:

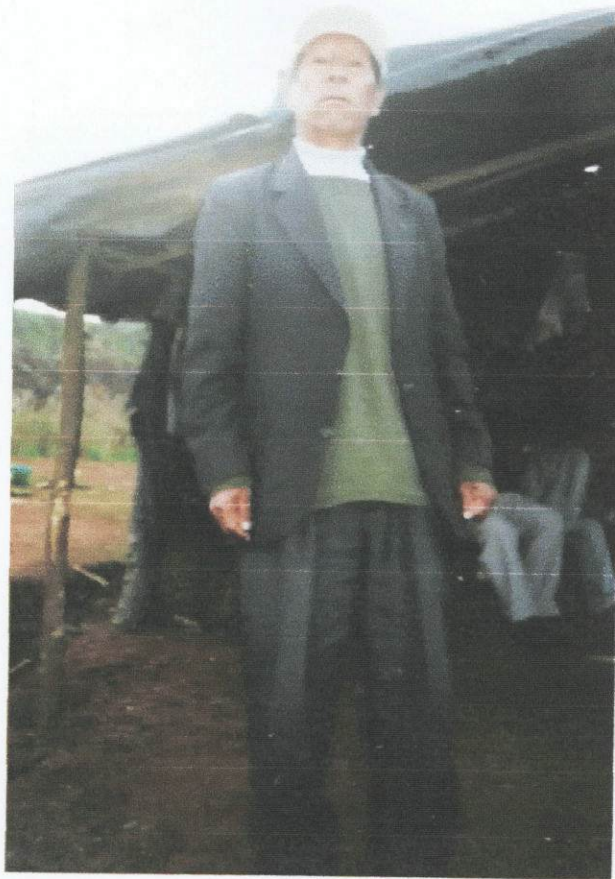
Processo 1150/07
Fls. 136/0
Rubrica

“Tinha dois toldos naquele tempo. O nosso, nós chamava o lugar que tem a anta (*Yakã Mborepi*). Tem uma lagoa onde dava banho, chama esse lugar de lugar do *mborevi*. Era um lugar de viver! Se nós não fazia a roça, nós vivia com a fruta do mato, abelha, toda caça, passarinho, tinha de tudo aqui... Nós vivia assim. (...) Naquele tempo não tinha facão, nem foice, nós furava a abelha com nosso próprio machado, é uma pedra igual um martelo. Nós tinha a nossa trança para subir, nós laçava assim, trepava na árvore e lá em cima atava assim, com a corda feita de urtiga brava (em guarani *pynó*). E esse é nosso machado natural, eu, se eu tô no mato, eu não me aperto, eu pego tipo uma trança assim e uma pedra assim... Nós se chamemos em guarani de *guajaki* é gente que sabe andar no mato. (...) Naquele tempo eu não sabia falar português, falava só guarani. Agora que eu to sabendo... (...) Mas nem o sal, nem a farinha de trigo eu não conhecia. Só comia peixe, caça, nunca nós comemos com sal. Meus netos que tão se criando, eles não conhece nem pela metade. Mas eu tô fazendo o impossível e vim aqui para eles tarem sabendo, eu tô explicando para eles, assim como eu tô explicando para a senhora, eu tô explicando para eles. Eu tô com 92 anos e eu quero explicar. (...) Naquele tempo, antigamente, nunca tinha sal e tempero. Remédio nunca conhecemos de farmácia, vacina. Tinha tudo, a gente conhecia árvore remédio, (...) nós pegava ali, a caça é mais fácil, tatu, quati, para nós em guarani *cij*, fazia lacinho, botava a ceva, *avatchi*, o milho, o bichinho vinha. (...) Tinha um que era melador, outro ia pra caça, pra pesca. Naquele tempo não tinha anzol nada, nós ia com flecha. Por aqui a gente pegava dourado, traíra, jundia... Quando o rio tava seco ficava uma lage, e a gente ia pegar *itapé porein*”.

(Clementino Barbosa, Mato Preto, setembro de 2004).

³ A alteração na paisagem causada pelo desmatamento e exploração dos recursos naturais existentes é registrada por todos.

[Assinatura]



Proc. nº 1150/07
Fls. 1361
Rubrica @

Clementino Barbosa



Da esquerda para direita: Maximino Mariano Natalício (neto de Karai Natalício),
Clementino Barbosa, Rinaldo Mariano e João Barbosa. Mato Preto, 2004.

sk

Proc. nº 1150/07
Fls. 1362
Rubrica

Outro descendente de antigos moradores colaborou com o resgate da etnohistória da aldeia. Maximino Mariano Natalício, um dos filhos de Joaquim Mariano Natalício (sobrinho-neto de Karai Natalício), foi a Mato Preto para as reuniões e prestou depoimento ao GT. Maximino atualmente mora na TI Kaingang Toldo Chimbangue II e pertence à comunidade da TI Guarani de Araçai, SC, assim como Clementino Barbosa.

Maximino Mariano Natalício tem 78 anos. É o terceiro filho do casal Joaquim Mariano Natalício e Paulina Moraes. É casado com Maria Cecília Barbosa e tem dois filhos: Marcos e Marciano Mariano Natalício. Ele passou sua infância em Nonoai. Recorda-se de histórias contadas por seus pais, já falecidos:

“O meu bisavô e a bisavó, eles faleceram aqui. Meu avô falou que quando ele era piá aqui era uma terra boa. Tudo mato, não tinha estrada, nada, era só picada no meio do mato. Ele contava isso ai. Ele sempre falava que ele queria voltar para cá, para esse *Ka'atý*, o Mato Preto né? Mas não podia né? E a finada mãe era lá de *Araçai* e para lá eles não podia mais voltar também por causa que os brancos tomaram tudo. Aqui tinha até uns parentes deles que moravam no mato ainda, mas não dava mais! (...) Ai eles acabaram se falecendo lá em Nonoai.(...) O pai falava bastante no tempo deles em Mato Preto, só que eu me lembro pouco, que era muito piazote. Mas ele contava que aqui tinha bastante gente, era bom. Diz que era uma área grande aqui, tinha mato bom mesmo! Tinha caça, peixe, que dava planta boa (...)”

(Maximino Mariano Natalício, Mato Preto, setembro de 2004).

Jorge Garcia, 79 anos, morador da TI Serrinha, também é descendente de antigos moradores de Mato Preto. Sua mãe, Margarida Mariano de Paula, morou em Mato Preto durante a infância. Seu pai, João Garcia era Kaingang, natural de Ventarra. Jorge morou em várias aldeias, inclusive Cacique Doble. Reside na TI Serrinha há cerca de 10 anos.

“A finada minha mãe foi nascida aqui. E o meu pai veio caçar num Matão aqui. Ele era da região de Ventarra, Erechim, era por aí. Então, ele tava caçando no mato e chegou numa roça muito grande e linda dos Guarani. Era o toldo dos Guarani, longe do toldo dos Coroados (Kaingang). Era uma aldeia graande... Tinha uma aldeia dos coroados e uma aldeia dos Guarani,

1

mas era bem separado. Porque na época eles não deixavam o Guarani se misturar nem com o branco e nem com o Kaingang. E os Coroados também não deixavam as coroadas se misturar com os Guarani. Era a lei dos caciques, e era respeitada, nas épocas, contavam eles. Então, pra sair uma Guaraní duma aldeia tinha que ser com muito cuidado ou só se pegasse à força, como aconteceu nos anos passados.(...) Então, o finado pai contava pra nós, que pra casar com a mãe, que era guarania pura, ele roubou ela. Ele foi caçar e achou a menina sozinha no meio da roça dos Guarani. Pegou a Guaraní e levou. A menina tinha uns nove ou dez anos, e ele tinha uns quinze ou dezesseis. Daí ele levou a Guarani pra casa da madrasta, porque ele parava com a madrasta, não tinha mais mãe. Daí, a madrasta diz que se assustou com aquilo. Falou pra ele: Barbaridade! Os Guarani vão te matar! É proibido isso aí, não é pra misturar as raças. E ele disse: Mas o que é que eu vou fazer? Eu já trouxe a Guaraní... Aí ela mandou o filho dela com a Guarani lá pro lado dos Ferreira, que eram dessa região, longe dos Guarani. Ali ele ficou com aqueles parentes uns três ou quatro anos. Quando ela serviu pra mulher dele, ele foi morar no Votouro e do Votouro foram pra Chapecozinho e ela morreu lá. Mas eles andavam muito e deu tempo deles conhecer tudo isso aqui: Nonoai, Ventarra, Votouro.... Mas ela saiu daqui, daqui onde tinha esse toldo dos Guarani”(...)

(Jorge Garcia, Mato Preto, agosto de 2004).

Turíbio Nheengatú Gomes, 82 anos, que reside atualmente na aldeia de Itapoá, ao sul de Porto Alegre, foi outro interlocutor fundamental para a reconstrução da história da antiga aldeia de Mato Preto e seus moradores. A mãe de Turíbio acompanhava o velho casal Karai Natalício e Licanda Mariano, e ele lembra-se bem dos últimos períodos de vida do casal. Casado com Laurinda Keretchiú Borges, uma eminente Kunhá Karai (liderança espiritual e curadora), Turíbio orgulha-se de sua grande família: "Eu tenho nove filhos, um falecido, 52 netos, 15 bisnetos. Já tenho meus bisnetos, a mais velha é uma mocinha com quase 14 anos".

Sua mãe, Maria da Silva Gomes, depois que se separou do marido, foi para a Argentina. Maria gostava de visitar os parentes, andava por toda a região, contudo, a família dela vivia na TI Nonoai, na aldeia Rio da Várzea. Foi lá que Turíbio "se criou":

[Assinatura]

“O Rio da Várzea, naquele tempo era uma aldeia, era família grande. Era tudo liberdade, pelo mato, caçar, pescar, dentro do mato, pinhalzinho, lá onde tem um riozinho. Meu primo se lembra, Pedrinho [Mariano] também tava lá, João Maria [Mariano] também tava lá. Depois, chegou tempo de SPI, depois daquilo piorou... Chegou três homens a cavalo, já digo fiscal, e o padre de Nonoai. Parece que posaram uma semana, oito dias pra lá. Daí já começou a tocar as conversas pra nós. Até naqueles tempos o pai do Ernesto [refere-se a Vicente Pereira] era coronel. Então os homens falavam: “Já que vocês tão sofrendo, melhor é vocês sair fora! O Governo vai arrumar tudo o que vocês precisar: vai dar junta de vaca, vai vir pros índios e vão distribuir animal pra andar, vocês vão ganhar casa, uma escola, isso, as criançada pra estudá, que bom!”, ele falou. E o padre dando apoio por cima deles. E nos tempo que chegaram lá já ficaram tudo influído, porque iam ganhar casa e tudo as animalada, essas coisa. (...) E nós saímos de lá tudo! Eu me lembrava bem, já saímos lá mais perto de onde eles iam botar escola. Nós imo ganhar vaca, tudo os animais, carroça, diz que vamos ganhar caminhão de roupa pra cima... que nada! Até hoje! Serviço Proteção ao Índio, que nada! Nunca protege! Nunca, até hoje! Dizia: “Olhe, vamos lavrá tudo de trator pra vocês plantar, vai ficar tudo no limpo as plantinha...” E na verdade que quando nós saímos tudo do mato, já vieram as serrarias, colocaram as serrarias dentro das aldeias, tocou, tocou, derrubou não sei quantos pinhal. Até agora tá cortando! Na beira do Rio do Mel se foi tudo os pinhal que tinha ali! Daí pra cima.”

(Turíbio Gomes, Mato Preto, setembro de 2004).

2



João Maria, Sanico, Pereira, Turibio Gomes e Lurdes Ará Martins, em Mato Preto.

Érica Ywá da Silva nasceu na TI Mangueirinha, foi para Cacique Doble com sua avó e uniu-se à família extensa liderada por Eduardo ainda jovem, quando casou com Ernesto Kuaray Pereira⁴. Ela ocupa atualmente papel central na organização social da aldeia atual, pois a maioria das famílias nucleares da aldeia são compostas por suas filhas e filhos. O casamento de Érica e Eduardo reforçou laços de parentesco entre as famílias extensas e garantiu uma maior coesão social ao grupo. Érica é mãe do cacique Joel Pereira e foi uma das líderes do projeto de retomada de Mato Preto.

Além de Érica e João Maria, há mais pessoas que ocupam lugar de liderança na aldeia atual: O ex-marido de Érica, Ernesto Kuaray Pereira e a atual esposa dele, Lurdes Ará Martins. Ernesto e Lurdes são também as lideranças espirituais ou os xamãs da aldeia. Lurdes é filha de Eduardo Karai Guaçu Martins e é especialista no manuseio de

⁴ Esta família extensa apresenta tendência a casamentos endogâmicos, característica da organização social Guarani. Para muitos grupos familiares Guarani, os casamentos preferenciais são aqueles entre primos cruzados, primos paralelos e os casamentos sororais, por exemplo. O caso de Érica, que casou com dois irmãos, Ernesto Kuaray Pereira e Mário Karai Pereira, exemplifica as práticas endogâmicas a que me refiro.

A

ervas curativas. Ernesto também é curador e rezador (*opyguá*). As lideranças políticas são Joel Kuaray Pereira (cacique) e Siberiano Moreira (vice-cacique).

Lurdes Ará Martins foi anteriormente casada com Floriano da Silva (falecido), com quem teve três filhos. Quando ela enviuvou, ainda muito jovem, foi morar com seus tios Alícia Natalício e João Maria Werá Pereira, a quem ela considera como seus segundos pais. Tempos depois, casou-se com Ernesto, com quem teve mais quatro filhos.

As histórias de vida de Ernesto e Lurdes registram o mesmo itinerário. Nasceram ambos na TI Nonoai, num período posterior à expulsão de seus pais de Mato Preto. Passaram por outras aldeias, nas andanças de seus pais. Viveram um período em Caeté (Votouro Guarani) e finalmente foram para Cacique Doble, onde “se criaram”. Em Cacique Doble casaram-se e tiveram seus filhos.

A seguir, fotos de Lurdes Ará Martins fumando seu cachimbo *petyngúá* e Ernesto Kuaray Pereira mostrando um filhote de ave que ele estava curando.



Lurdes Ará Martins

[Handwritten signature]



Ernesto Kuaray Pereira

O GT reuniu várias referências sobre outros filhos e netos dos irmãos Mariano e Natalício, além dos Pereira, Moreira, Martins, da Silva e Barbosa citados aqui. Não foi possível localizá-los todos, devido às restrições de tempo e de orçamento a que está sujeita uma pesquisa etnográfica desta natureza, porém, fica o registro que essas famílias citadas aqui têm descendentes em várias aldeias Guarani da região (além de parte da família Pereira, que está desaldeada no município de Treze Tílias, SC, vivendo em zona rural).

1.2 O fim da antiga aldeia de *Tekoá Ka'at'y*

Aqui temos alguns relatos das atuais lideranças sobre a antiga aldeia:

“E o cunhado, o Eduardo, se lembrou aqui dessa terra, depois voltei aqui. Eu andei muito aqui, mas agora... era tudo mato isso aqui. (...) Não tinha *djuruá* (brancos) aqui como hoje já ta cheio. Só lembro da estrada de ferro, só esse aí. Não tinha morador.(...) Tudo mato, puro mato por aqui. Tudo mato,

A

isso em roda aqui, pra cima, nesse rio, aquele mato lá, tudo inteiro, tem outro mato, parece que mais grande” (enquanto fala, aponta em diversas direções os elementos de paisagem a que se refere).

(João Maria Mariano, Mato Preto, agosto de 2004).

“No tempo do finado pai (em Mato Preto), a gente ia pelo mato com a família, o índio andava no mato, conhecia tudo as picadas, ia cuidando os bichos do mato... Fazia uma caçada, procurava abelha, trazia taquá para fazer cesto, balainho... Quando nós ia sair pro mato cuidava, vamos fazer aquilo, vamos trazer aquilo lá. Então tudo isso, para nós, são coisas de valor. Nós sempre usava colar *Mbõ'i*, então, nós ajuntava essas coisinhas do mato (sementes) pra fazer colar, tudo isso a gente fazia. Saia pelo mato procurar coqueiro, pra tirar palmito, fazia *mbayty* com mel, passava a noite”.

(Luís Natalício, antigo morador da aldeia, Salto do Jacuí, Setembro 2004).

“Eu me lembro, o pai, o falecido pai, me contou como que eles foram expulsos daqui. Ele falava que aqui tinha a área que era o tal do Mato Preto, em Getúlio. E eu era novo, não punha muito na cabeça, mas isso eu me lembro. Porque diz que tinha perto de uma área que era dos Kaingang, a Ventarra, e tinha essa parte que era dos Guarani, quando que eles foram expulsos daqui. Até os Kaingang saíram expulsos também. (...) Tem até um branco aqui de Erebangó que também se lembra e contou que é verdade mesmo, que aqui era área mesmo dos Guarani. E que os Kaingang era pra lá. E os coitados dos Kaingang também foram expulsos, foram atropelados, tanto os Guarani como os Kaingang. Diz que carregaram dentro de um caminhão de boiadeiro, a custo de pau, embarcaram e tocaram prá outra área. Largaram tudo em Nonoai. Por isso que nós tamos aqui, porque se é nosso, é nosso, temos que ficar. De certo a Funai tem que dar uma mão pra nós, porque é nosso. Até tem uns par que contaram que os Kaingang tentaram entrar aqui, mas que o Poaxim [cacique de Ventarra], os outros, não deixaram, e disseram que só entregavam se fosse os Guarani, porque era dos Guarani. Isso nós tamos sabendo. (...) O pai, o Eduardo, eles sabiam bem certo. O sogro me contou isso aí, que eles saíram tudo expulso daqui. Os soldados vieram e tiraram a

48
Proc. nº 115067
Fls. 1369
Isso aí
gente. Tiraram, fizeram os lotes e foram vendendo pros brancos. Isso aí destruiu o lugar aqui. Isso tudo os velhos contavam pra nós, e isso eu ponho na cabeça também. Por isso, eu falei com a minha gente pra nós vir aqui. Eu digo: a gente tem razão de tirar isso aí, esse lugar. Essa história contaram tudo pra mim e eu pus na cabeça também. Tudo isso nós pensamos.”

(Ernesto Pereira, Mato Preto, agosto de 2004).

Os antigos habitantes de Mato Preto espalharam-se pelas outras aldeias Guarani da região, segundo critérios de parentesco e alianças. Entre as aldeias mais citadas como destino posterior à Mato Preto estão Cacique Doble, Passo Feio e Mbaracá Mirim (TI Nonoai), Caeté (Votouro Guarani), Serrinha, Salto do Jacuí, Estrela Velha etc. Apesar de afastadas espacialmente, estas famílias continuaram relacionando-se socialmente, trocando notícias, visitando-se, casando seus filhos, etc.

Em Cacique Doble, onde já vivia a família da velha Júlia Moreira (tia dos irmãos João Maria, Pedrinho, Ernestinha, Catarina Mariano, e irmãos Pereira, Mário, Ernesto, Rosa etc). concentrou-se uma grande parte desse grupo, o que na época mostrou-se uma boa escolha devido à mata ainda abundante que apresentava e as condições favoráveis de relação com o SPI e os Kaingang. As famílias Guarani mantinham uma ocupação ininterrupta daquela área desde antes da criação da TI Cacique Doble, na década de 1910, contudo, a TI foi demarcada área apenas para a etnia Kaingang, como aconteceu em várias TIs do Rio Grande do Sul, a exemplo de Nonoai, Serrinha etc.

Por algumas décadas, os Guarani habitaram a TI Cacique Doble sem problemas. A mata garantia a subsistência dos indivíduos e propiciava a vida dentro dos padrões culturais da etnia.

“Naquele tempo a vida do Guarani era sem cerca, conhecia as estradas. Nós andava na liberdade naquele tempo. Liberdade! Ia de a pé, andava de a pé, parava onde quisesse, não tinha perigo nenhum naquele tempo. O tempo de Cacique Doble era uma vida boa! O pessoal que morava lá é esse mesmo pessoal que se criaram tudo junto, né? O Ernesto, o Alcindo, Graciliano, falecido Mário, a Rosa, também irmã deles, que casou com o Alcindo, tudo esse pessoal antigo. Naquele tempo, piizada, né?... E depois, uma: o costume do Guarani, a tradição do Guarani é um só. Nenhum mais do que outro. Isso sabe porque? Porque o Guarani é o mais unido. Sabe o que é, nós

A

49
Proc. nº 1150/07
Fls. 1370
Rubrica

somos bem unido. Por exemplo, se eu tenho alguma coisa, algumas plantas, se eu tenho algum pé de milho, ou aipim, batata etc., tudinho, eu divido com meu parente. Eu acho que se eu vou lá na casa dele, ele não vai me cobrar nada. Se ele vai lá na minha casa, não vou cobrar nada dele. E o português já é diferente, sem dinheiro passa fome, morrendo de fome. Nós não é assim. Quando nós temos alguma coisa, já digo, por exemplo, se eu vou caçar um bicho grande no mato, quando eu trago é tudo dividido um pedacinho pra cada. Nenhum não fica sem comer carne, pouquinho mais vai. Se eu vou matar um bicho grande, eu já vou lá e aviso todas as casas lá, pra vir ali, todos juntos. É nosso costume, tradição, nenhum não fica sem comer. Trás o mel, mel de abelha, no dia que chega lá, mel bastante, tudo o que come, tudo junto. Vamos pra lá, tudo unido!”

(Turíbio Gomes, Mato Preto, agosto de 2004).

Em Cacique Doble, os conflitos fundiários com os Kaingang começaram a tornarem-se recorrentes a partir das décadas de 1950 e 1960. De lá para cá, os conflitos foram acirrando-se ano a ano e os Guarani passaram a sofrer vários tipos de pressão para deixarem a área. A decisão de partir de Cacique Doble foi um passo difícil para eles e para todos os outros, devido aos vínculos sociais e afetivos que os ligam àquela terra. Ernesto referia-se a isto, em 2000, quando ainda morava em Cacique Doble:

“E há quanto tempo o Guarani tá por aí e não tem uma terra. Nós falamos para dividir aqui (TI Cacique Doble), mas não adianta, eles falaram que tá tudo registrado no nome do Kaingang e que não adianta. E se nós falamos para dividir aqui, eles levam a gente para a cadeia. Até de Guarita, eles queriam dividir lá também. Daí, ele (a liderança Kaingang) disse: “Não aceito, não adianta. Vocês vão presos”. Então vamos requerer, eu digo, a nossa terra mesmo. Se é demarcada a terra pro Guarani, é pro Guarani. Isso aí vai acontecer, não sei daqui a um ano, dois anos, né... não sei quando, mas vai!”

(Ernesto Kuaraý Pereira, Cacique Doble, agosto de 2000 apud Mello, 2001).

JK

1.3 A retomada

50
Proc. nº 1150/07
Fls. 1371
Rubrica

O projeto de retomada da antiga aldeia de *Ka'at'y* foi por anos amadurecido pelas famílias que agora a habitam. Foi uma decisão baseada em profunda reflexão do grupo sobre sua história e sobre a necessidade urgente de tomar providências para garantir seu direito à uma pequena parte das terras anteriormente habitadas por seus antepassados. Outras famílias que viveram em Mato Preto e em Cacique Doble deram apoio ao projeto de retomada. Muitos intencionam mudar-se futuramente para Mato Preto, como é o caso da família Natalício, que reside em Estrela Velha e Salto do Jacuí, RS. A fala de João Barbosa, filho de um antigo morador de Mato Preto aponta para a forma de concepção nativa sobre terra e território diante da realidade atual:

“Meu pai contava que aqui no Mato Preto já morou muita gente e seus avós, os parentes, estão falecidos aqui. E os Guarani são assim: Eles sempre se lembram de um lugar onde moraram seus parentes, onde se findou seus avós. Eles podem sair longe, que se lembram daquele que se findou. E eles querem voltar! Há muitos que queriam voltar, porque se lembram que aqui era a parada deles. Só que por motivo desses colonizadores tavam entrando tudo, eles sentiram dificuldade de voltar. Porque naquela época não tinha esse negócio de papel, eles não sabiam que tinha que demarcar. Não tinha quantia a terra. Era enorme, né? Eles nem queriam falar na língua dos brancos, não sabiam de nada! (...) Porque hoje, os Guarani tão requerendo um resto, do que é o direito de todos os índios! O pai queria voltar, mas ele sabia que tinha dificuldade de voltar. E acabou não voltando para sua terra. E para nós que somos novos, ficou essa luta. Então, hoje, contando pelos novos, hoje a gente tem aquele sentimento de voltar para a nossa terra tradicional, porque a gente ouve desde pequeno essa história que eles tinham essa terra, esse Mato Preto, e que queriam voltar. Só que a gente ouvia isso e não entendia, né? Os colonos, os djuruá, foram tomando conta, foram tomando conta, foi ficando cada vez mais triste. Se acabava preocupando e não podia mais voltar! E por isso que hoje nós estamos requerendo o direito deles. Essa luta é uma resistência pelo antepassado, né? Nós vamos buscar o direito para que esses pequeninhos que estão vindo não venha a sofrer de novo. Isso que ta acontecendo em vários territórios, as passagens, que os Guarani visitavam os

A

51
Proc. nº 1150107
Fls. 1372
parentes nas tekoá, passava para lá, passava para cá e conhecia os lugares e os parentes que se finavam ali, e a saudade sempre ficou no coração, viva! Então a gente ouvia as histórias que os velhos contavam, eles contavam várias histórias e às vezes a gente nem se lembra de tudo. Eles contam e a gente fica meio triste, porque eles contam e a gente vê o que eles sofreram! Eles viviam antes numa facilidade, tinha paz, tinha mata, tinha caça, tinha tudo, e hoje eles tão requerendo uma coisa que nem é mais! E os Guarani estão vivendo numa dificuldade séria, precisam de terra para viver melhor, cultivar a cultura, para que nós possamos viver no que é natural, que a natureza trouxe. E essa luta é bastante sofrida, mas o que estamos lutando, sentindo dificuldades, ameaças, barreiras... E pela história que esses velhos contam, a gente que é mais novo, fica as vezes irritado, por causa que não poderia ta acontecendo isso tudo! Se tivesse a reserva dos Guarani, tranquilo, né? Não precisava ta passando por tudo isso. A gente ta sujeito aí... E não se sabe o dia de amanhã, é arriscado, mas os índios vão lutar! Vão lutar pelo direito até conseguir a demarcação!"

(João Barbosa, Mato Preto, setembro de 2004).

Em 2001, essas famílias Guarani começaram as negociações com a FUNAI para dar início ao processo de reconhecimento da área, conforme arquivo documental da AER Passo Fundo. Em 2003, este grupo ocupava na TI Cacique Doble Eduardo Karai Guaçú Martins, a liderança espiritual do grupo, em idade avançada e bastante adoentado decidiu que era hora de partirem. Assim, em setembro de 2003, eles reuniram coisas e animais que puderam transportar e partiram em direção à Mato Preto, determinados a retomar a terra de seus falecidos parentes.

A crise social decorrente dos conflitos com os Kaingang na TI Cacique Doble impulsionou a retomada da terra de Mato Preto, não sendo, contudo, seu único motivador. Várias soluções para os conflitos foram tentadas junto à FUNAI, inclusive a proposta de demarcação de uma pequena área para os Guarani, separada da TI dos Kaingang. Essa idéia, porém, foi descartada pelo grupo após ter sido reprimida violentamente pelos Kaingang, que espancaram e detiveram o representante Guarani que conduzia a negociação com a FUNAI, ameaçando não mais liberá-lo e punir todas as pessoas que ali viviam se eles levassem adiante este processo.

st

No dia 30 de setembro de 2003, as quarenta e cinco pessoas que compunham a aldeia Guarani da TI Cacique Doble, RS, deixaram esta aldeia e estabeleceram um acampamento na faixa de domínio público no entroncamento da Rodovia RS 135 e a linha férrea da RFFSA. Montaram casas improvisadas e passaram a pôr em prática um projeto coletivo:

“Nós estamos pedindo essa demarcação pra poder cuidar desses olhos d’água, pra deixar criar o mato. (...) Pra gente tomar a água, porque a gente toma essa água, e sabe que tem veneno. Daí, quando a terra for nossa, a gente pode cuidar da água. Porque hoje em dia, os colonos acabaram com a água. (...) Tem agricultor que planta ali pra cima do olho d’água. Tem um morro ali pra cima, e quando chove vem a água de enxurrada, suja toda a água. Deu até hepatite nas crianças (...) E hoje não tem água boa por causa de quê? Por causa que os colonos tiraram tudo as madeiras. Acabaram com a mata. Porque a água precisa da madeira. A água também toma água. Não é só nós que toma água. A madeira, se tá viva, então segura a água, é água boa, da natureza. Então acabou a madeira, a água também tá sumindo. A gente não enxerga nem capoeira, nada. Só lavoura e lavoura. Então a água também se termina. Isso aí, quem faz, o Deus também castiga. Então vem a doença para as crianças. Daí, até os médicos, até eu que sou pajé, não conseguem salvar as crianças às vezes. Como é que eu vou achar uma planta, um remédio para tirar esse veneno? A nossa piaçadinha ta sadia, porque é por Nhanderu, às vezes manda água limpinha. E o branco vai e põe mais veneno. E não prejudica só nós. Os brancos também se prejudicam com isso. Eu penso tudo isso. Eu digo para meu povo: Vamos pensar, vamos rezar, vamos, vamos pedir para Nhanderu mandar água boa. E deixar o mato voltar”.

(Ernesto Pereira, Mato Preto, agosto de 2004).

O desmatamento e a degradação de recursos naturais, como as nascentes dos rios, por exemplo, são vistos pelos Guarani como uma ameaça imediata à reprodução física de seus indivíduos. E segundo a ótica cosmológica Guarani, a ausência da mata e outros elementos da natureza impede a realização de práticas rituais e condutas sócio-ambientais que os priva da forma de vida tradicional. Além disso, ameaça a transmissão

[Assinatura]

de seus conhecimentos culturais práticos e simbólicos. Por isso, as lideranças idealizaram um projeto de recuperação ambiental para área.

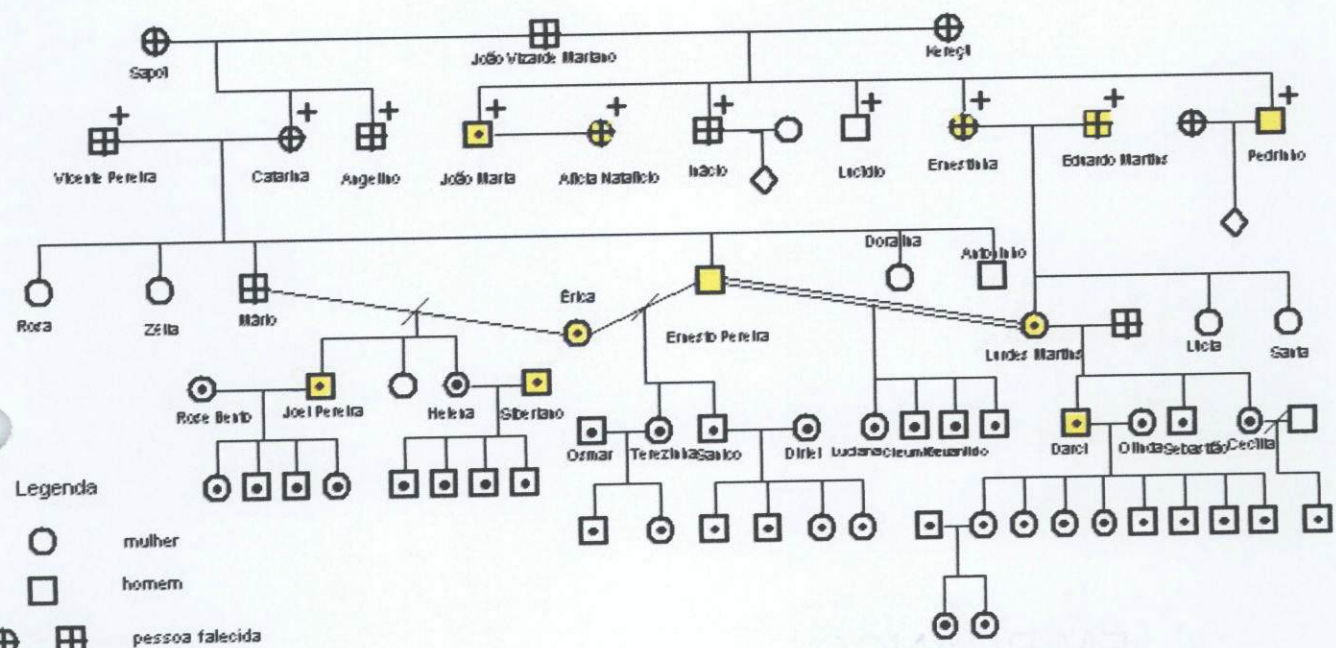
53
Proc. nº 1150107
Fica 1374
Rubrica

“O que a gente mais tem pensado, desde que começou a pensar no que os velhos falaram, de voltar para essa terra, é a possibilidade de voltar a mata, de voltar os animais. Eu acho importante explicar isso, porque muitas vezes os brancos dizem: “Os índios são muito vagabundos, eles querem a terra só pra deixar ali, nem plantam, não fazem o que nós estamos fazendo, deixam virar mato e não sei mas o que.” Isso não tem nada a ver. Quando se fala índio é a natureza mesmo! Então, nós com certeza não vamos plantar os 100% que os brancos estão plantando aí. Porque objetivo nosso mesmo é fazer voltar o que era antes, fazer voltar o kaaguÿ (a mata), fazer voltar mbyakuerÿ, o nhanderekó (o jeito Guarani de viver), isso é importante pra nós, pra mostrar pras crianças que tão crescendo hoje. Então eu falo muitas vezes pra comunidade que o futuro, o futuro é pensar nas crianças. Nós vamos conseguir essa terra não é pra mim, é pros meus filhos, pros meus filhos viverem, pros meus filhos não sofrerem, não passarem por essa dificuldade que tô passando hoje. A gente tem pensado muito nisso. A água também é preocupação para nós. Que aqui dentro da área tem água, mas só que o problema é o veneno mesmo. Então quando a gente tiver dentro dessa terra, a gente vai proteger essa água que tem. O objetivo nosso não é entrar aí e destruir mais. O objetivo nosso é entrar e fazer voltar como era, e proteger a água, conseguir voltar o kaaguÿ, conseguir voltar os animais. Isso que eu queria que vocês falassem aí nesse documento”

(Joel Pereira, cacique de Mato Preto, agosto de 2004).

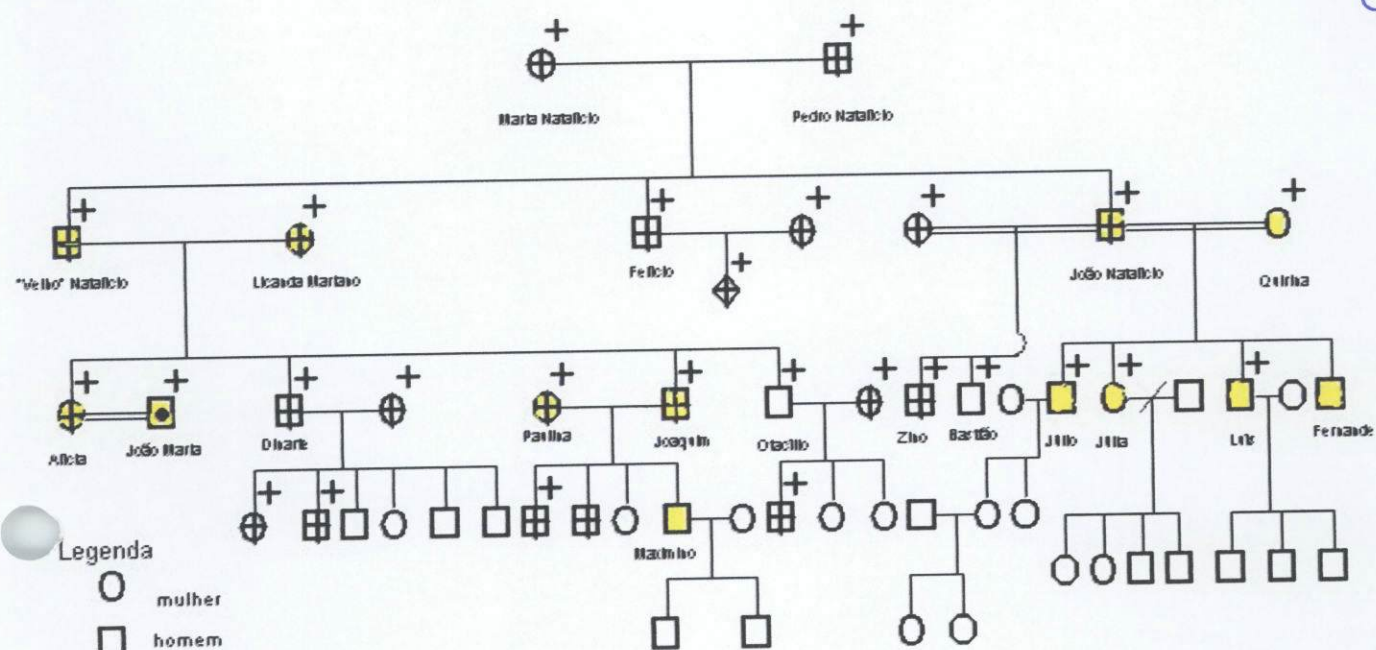
Na sequência, temos alguns gráficos genealógicos das famílias referidas neste bloco:

11



- Legenda
- mulher
 - homem
 - ⊕ ⊞ pessoa falecida
 - ⊙ ⊞ moradores atuais
 - casamento
 - /—□ separação
 - filiação
 - + □ moradores da antiga aldeia
 - □ pessoas entrevistadas e/ou referidas nas narrativas

Ar



Legenda

- mulher
- homem
- peessoa falecida
- moradores atuais
- casamento
- separação
- filiação
- moradores da antiga aldeia
- peessoas entrevistadas e/ou referidas nas narrativas

2

56
Proc. nº 1150/07
Fls. 1377
e

c) Práticas de secessão e critérios causais, temporais e espaciais, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição

Seguiremos abordando os critérios determinantes da distribuição da população indígena e não indígenas dentro da área identificada como Terra Indígena e na região de entorno, em seus aspectos causais, temporais, espaciais, da perspectiva histórica e política. As práticas de secessão, migrações e deslocamentos territoriais característicos dos povos Guarani são consideradas aqui da perspectiva conjuntural que se impôs às famílias Guarani que compõem a população atual. Os aspectos culturais e sociais das migrações e secessões dos grupos Guarani foram abordados brevemente no item "Dados sobre os Guarani", a partir da página 17 do presente Relatório. Da mesma forma, a descrição mais detalhada da distribuição da população, sua localização e razões desta localização, além da descrição de suas construções e áreas de uso serão abordadas na "Segunda parte: Habitação Permanente", a partir da página 74.

Como vimos no bloco anterior, as famílias Guarani foram expulsas de Mato Preto, distribuindo-se por várias aldeias da região, como Cacique Doble, Nonoai, Votouro Guarani, Salto do Jacuí, Mbiguaçu e Araçaí (SC) e Cantagalo, entre outras. Na década de 1990, a comunidade Guarani começou a preparar o retorno à suas terras. Desde a expulsão, os ex moradores de Mato Preto desejavam retornar para Mato Preto, mas a maciça ocupação não indígena obstaculizava o consenso entre as famílias, que temiam conflitos. A degradação ambiental que sofria a área era outro elemento de desestímulo entre o grupo. Porém, no final da década de 1990, os mais velhos tomaram a decisão de retornar à Mato Preto e passaram a solicitar das lideranças mais jovens que pesquisassem os meios legais para tal retomada de suas terras, que eles sabiam ter sido legalmente reconhecida pela lei dos não indígena, a Funai e outros órgãos governamentais e não governamentais passaram a ser contatados pelos Guarani. Os arquivos deste Processo administrativo contam com alguns destes documentos elaborados pelos Guarani, solicitando providências a respeito.

A distribuição atual da população indígena dentro da Terra Indígena é determinada por restrições espaciais severas de uso e ocupação, devido ao fato da área da TI estar integralmente ocupada por não indígenas, o que ocorreu concomitantemente com a expulsão violenta das famílias indígenas há algumas décadas. A ocupação indígena dentro dos limites da TI restringe-se à pequena área, de domínio público, no entroncamento da rodovia estadual RS135 com a linha férrea da RFFSA. A população

d

que compõe a aldeia *Ka'aty*, que em agosto de 2004 contava 64 pessoas, localiza-se atualmente concentrada em uma ínfima área de cerca de 30 por 300 metros, onde estabeleceram-se há mais de seis anos. Esta ocupação fez parte de um projeto coletivo de retomada gestado pelos antigos moradores Guarani, que foram expulsos de suas casas e suas terras entre as décadas de 1930 e 1960.

Portanto, os critérios determinantes da distribuição atual da população é a ocupação não indígena da Terra Indígena, promovida por uma ação ilegal de titulação de lotes dentro de área, uma área já reconhecida e demarcada oficialmente para a etnia Guarani, como veremos a seguir.

A seguir, retomaremos panoramicamente as razões históricas que produziram a atual distribuição da população indígena e não indígena na região e dentro dos limites da Terra Indígena.

Partindo de uma perspectiva macroscópica, tomemos um tempo histórico imemorial, buscando na arqueologia as informações mais antigas conhecidas e reconhecidas cientificamente sobre a ocupação territorial da região: A datação da ocupação Guarani na região onde atualmente se localiza a TI Mato Preto é superior a dois mil anos, conforme indicam evidências arqueológicas. A região do Alto Uruguai foi ocupada intensamente pelos Guarani há dois mil anos atrás, de forma ininterrupta, através de uma rede de aldeias dispersas por este território. Habitavam as florestas, seguindo os leitos dos rios, manejando a mata e cultivando lavouras de milho, mandioca e feijão. Elementos da cultura material, como a cerâmica, por exemplo, indicam marcante continuidade cultural entre os grupos Guarani espalhados por todo sul do continente. Havia grande circulação de elementos da cultura material, desde épocas remotas, o que revela intensas relações sociais de troca e visitação entre as diferentes aldeias. O hábito de circulação entre as aldeias, muito freqüente entre os Guarani atuais, em especial entre os Mbyá e Chiripá, é também relatado em narrativas de viajantes e jesuítas, o que indica ser este *ethos* social característica muito antiga da organização social e da forma de ocupação territorial Guarani, como veremos adiante.

A ocupação territorial e os etnoconhecimentos indígenas sobre o território nos tempos remotos é amplamente registrada na história oral dos Guarani. Inúmeras narrativas míticas relatam pontos geográficos centrais da criação do mundo e do surgimento de elementos ambientais, florísticos, faunísticos, corpos hídricos, acidentes geográficos, florestas manejadas, conformações sociológicas entre diferentes povos indígenas etc. Os nomes de muitos destes lugares de importância histórica para esta

etnia permanecem descritos em língua Guarani, sendo utilizados pela sociedade nacional (a região é rica em topônimos em língua Guarani, em especial os nomes de rios, lugares, plantas e animais). A profusão destas narrativas indica a estreita relação ambiental e cosmológica que os Guarani mantêm com seu território. Nos relatórios anteriores encontram-se alguns mitos colhidos durante o trabalho de campo que ilustram esta conexão.

A configuração espacial deste território e a concepção Guarani da origem e ordenação do mundo apresentam igualmente continuidade milenar, conforme podemos observar no mapa desenvolvido por Noelli (2004), que consta na página 23 deste relatório, denominado: "Distribuição geográfica das evidências arqueológicas da presença Guarani no sul do continente - Mapa dos municípios, departamentos, províncias e estados com evidências arqueológicas Guarani". A partir deste mapa, percebe-se que o território ocupado desde dois mil anos atrás permanece o mesmo, onde agora as aldeias apresentam-se, apesar das inúmeras restrições à suas ocupações. Como visto no bloco anterior, o território de ocupação Guarani constituído desde antes do período pré-colonial abrange aproximadamente 1.200.000 Km², situado entre a costa Atlântica e as bacias dos Rios Uruguai, Paraná e Paraguai, no eixo leste-oeste e o trópico de Capricórnio e o Rio Prata, no eixo norte-sul (La Salvia e Brochado, 1989). Espaço de ocupação não exclusiva desde antes da chegada européia ao continente, este recorte territorial ocupado pelos Guarani constitui uma região transnacional onde hoje se localizam vários estados do território brasileiro e de outros países da América do Sul (Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai). O território tradicional Guarani, portanto, consiste num território ocupado pelos vários grupos Guarani desde 2000 anos atrás até os dias de hoje.

Pesquisas recentes somam novos elementos a este entendimento, como é o caso da região do Vale do Taquari (ao sul de Mato Preto, próxima à TI Salto do Jacuí, RS, onde foi descoberto um sítio arqueológico Guarani de 2 mil anos e cerca de 20 Km de extensão, em linha reta (o que indica área de ocupação bastante extensa, uma vez que a maioria dos vestígios arqueológicos concentram-se nas áreas de habitação e sepultamento, ou seja, concentram-se nos epicentros da ocupação).

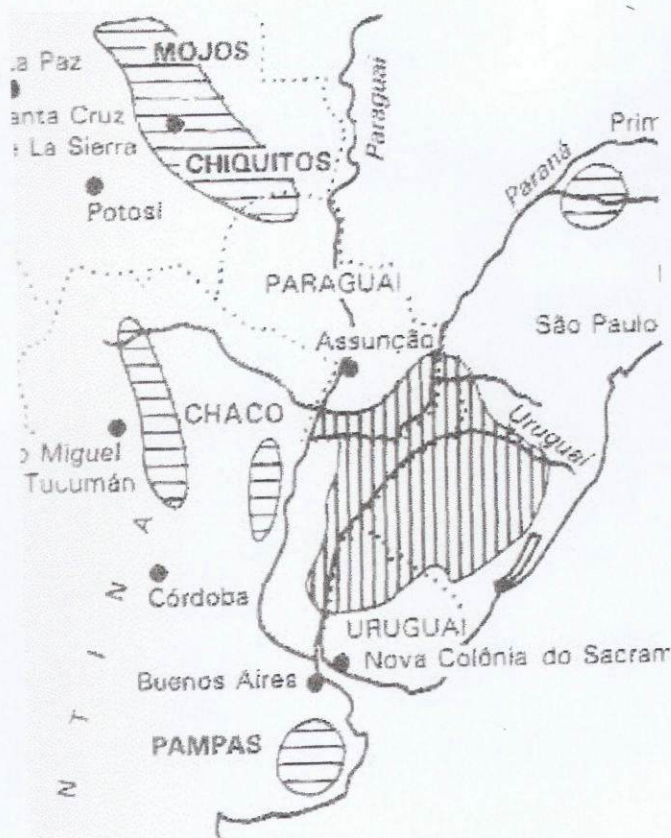
A pesquisa etnohistórica realizada pelo GT identificou relações atuais e/ou históricas entre a aldeia Guarani de Mato Preto e as aldeias Guarani de Cacique Doble, Saltinho/Salto do Jacuí, Estrela Velha, Cantagalo, TI Nonoai, Votouro Guarani, (no Rio

Grande do Sul), Mbiguaçu, Ibicaré/Treze Trélias, Araçá/Toldo Chimbaque, Limeira (TI Xapecó) (em Santa Catarina), algumas aldeias de Misiones (Argentina) e do Paraguai, Palmeirinha (Mangueirinha), Rio das Cobras, Rio da Areia e Palmital (no Paraná). O grande problema territorial que os Guarani vêm enfrentando no último século é que, cada vez mais, estão se reduzindo as possibilidades de circulação por estas redes territoriais e de ocupação de suas áreas tradicionais, pois a especulação imobiliária, grilagem de terras, avanços das frentes coloniais, conflitos com outras etnias, projetos de desenvolvimento etc. têm usurpado paulatinamente as “terras” onde as *tekoá* Guarani se localizavam.

A partir da chegada dos europeus, num tempo histórico mais recente, registros documentais e bibliográficos ajudam a compor este histórico de ocupação, lembrando que esta é uma versão muito parcial da história, é a história do “vencedor”. Os registros escritos mais antigos sobre a região remontam aos séculos XVII e XVIII, quando estabeleceram-se na região as primeiras reduções jesuíticas, as Missões Orientais do Uruguai. Dentre as reduções que ocuparam as margens orientais do Rio Uruguai, a primeira foi a de São Miguel, fundada em 1627, pelo padre Antonio Ruiz de Montoya. As missões reuniram milhares de guaranis e impuseram um padrão de desenvolvimento agrícola e pecuário que tornou-se característico na região, atravessando vários séculos da colonização daquela porção do território da América do Sul. A existência de inúmeras aldeias que circundavam as missões, algumas com relações de reciprocidade positiva, outras negativas, outras ainda de oposição compunham as redes sociais que compunham a configuração territorial da região.

A figura a seguir ilustra pontos de ocupação européia na região nos séculos XVII e XVIII:

1



A área grifada com barras verticais é a área de influência das Missões Guarani ou as Missões Jesuítas Orientais e as tracejadas com barras horizontais são as outras Missões Jesuítas do século XVIII.

Fonte: Haubert, 1990:5.

As reduções têm sua decadência a partir da assinatura do Tratado de Madri, em 1750, entre Portugal e Espanha, que desencadeia uma revolta armada dos Guarani que habitavam as missões contra a definição de dissolução das reduções e expulsão dos jesuítas das margens orientais do Rio Uruguai. Esta guerra ficou conhecida como Guerra Guaranítica, que durou de 1750 a 1760 (Haubert, 1990).

Estudos acadêmicos que refletem sobre aspectos da dispersão da população Guarani que habitava as missões, suas relações com as aldeias Guarani que permaneceram na mata, as configurações sociais deste pós guerra. As fontes históricas do período do pós-guerra e das décadas subsequentes não registravam o contexto indígena da região. Apenas em relatos dos missionários sobre costumes e instituições indígenas, por mais que carregadas do viés ideológico religioso e político a que se destinavam, encontram-se elementos sobre a situação dos povos indígenas da região. Imbricada a esta reflexão sobre o teor dos documentos históricos e as intenções políticas e sociais dos seus escritores, ressalta-se a fragilidade destas fontes históricas como subsídio para se pensar a história indígena (Ver Debert, 1986).

Os séculos XVIII e XIX trouxeram períodos extremamente conturbados para a região, com muitas guerras que assolaram a população. A Guerra do Paraguai, a Revolução Farroupilha, o Contestado reconfiguraram a ocupação desta região, pois desencadearam uma intensa migração da população não indígena e indígena. A historiografia ocidental foca seu interesse nas datas e eventos relacionados à colonização, contudo a história oral Guarani registra vários heróis míticos que viveram nesta época, assim como locais de importância histórica. (Há uma interessante pesquisa feita por um professor bilíngüe Guarani, Belarmino da Silva, da aldeia Mbaracá Mirim, TI Nonoai, que resgata a etnohistória da região no período das Missões enfatizando a luta das famílias para permanecerem em suas terras. O professor Joel Pereira, cacique de Mato Preto, também pesquisa a história da região a partir dos relatos de velhas e velhos Guarani).

No final do século XIX iniciaram-se os projetos de colonização do oeste do RS e a conseqüente expropriação das terras indígenas. Com a promulgação da lei pretendia disciplinar o regime fundiário no território brasileiro, a “Lei das Terras” (Lei n. 601, de 18/9/1850), regulamentada em 1854 pelo Decreto 1.318 de 30/1/1854, as terras ocupadas pelos indígenas tornam-se objeto de intervenção¹. A despeito da lei, várias áreas de ocupação e uso dos povos indígenas foram consideradas “terras devolutas” e utilizadas no processo de reforma agrária do período. Estas ações eram baseadas em um equívoco de interpretação da legislação por parte do Estado, uma vez que as áreas de ocupação e de uso dos povos indígenas pertenciam à categoria de “indigenato” e não poderiam ter sido tratadas como terras devolutas, segundo o jurista Mendes Jr., que analisou alguns destes processos no início do século XX². As ações de colonização, venda, arrendamento etc., efetivadas pelo Estado eram ilegais. A legislação garantia que detinham os “títulos originários de propriedade” todas as terras “possuídas por hordas selvagens colectivamente organizadas, cujas posses não estavam sujeitas à legitimação, visto que seu título não era de ocupação mas o indigenato”³.

Neste período, ocorrem ações governamentais incompatíveis. A espoliação de terras indígenas acirra-se, enquanto a legislação avança na proteção dos direitos

¹ Nesta lei, em seu artigo 3º, fica definido que somente poderão ser consideradas “terras devolutas” e passíveis de serem destinadas a projetos de colonização, aquelas terras que “não se acharem ocupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas”.

² Mendes Jr, J. (1912) *apud* Carneiro da Cunha (1987:78).

³ Mendes Jr, J. (1912) *apud* Carneiro da Cunha, 1987:78.

✍

humanos. No início do século XX, foi criado o “Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais”, pelo Decreto 8.072 de 20/6/1910, em seus Arts. 2º e 3º. Tal instituição visava garantir a aplicação da legislação vigente sobre os direitos territoriais indígenas, tendo entre outros objetivos, o de “evitar que os civilizados invadissem as terras dos índios (...)”, restituindo e garantindo os terrenos que lhes haviam sido usurpados, “fazer respeitar a organização interna das diversas tribos, sua independência, seus hábitos e instituições (...)”, “promover, sempre que for possível, e pelos meios permitidos em direito, a restituição dos terrenos que lhes tenham sido usurpados (...)”. Com a criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), inicia-se o processo de instalação de “Postos” dentro das terras indígenas e de reconhecimento dos direitos fundiários dos indígenas sobre essas áreas⁴.

No contexto regional, o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa, dava impulso à expansão das “colônias” de imigrantes europeus para a região oeste do estado. Em 1908, é implementado o projeto da “Colônia Erechim”, que demarca lotes para a ampliação do projeto de colonização da região ao sul de Paiol Grande (atual Erechim).

Registros históricos sobre a região indicam que as frentes colonizadoras chegaram oficialmente à região em 1908, com a instalação da “Colônia Erechim”. A região de Paiol Grande, como era chamada antes, havia sido ocupada anteriormente por migrantes vindos de outros estados e por descendentes dos colonos das chamadas “Colônias Velhas”, as frentes de colonização que ocupavam o litoral do estado.

Em 1909, após audiência com caciques das aldeias do oeste do Estado, que foram à Porto Alegre reivindicar intervenção do Estado para interromper as invasões em suas terras e os conflitos violentos delas decorrentes, Carlos Barbosa delega à Directoria de Terras e Colonização da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, a tarefa de demarcar e proteger os “toldos” indígenas⁵. A Directoria de Terras e Colonização estava sob a responsabilidade de Carlos Torres Gonçalves, que coordenou o trabalho de demarcação de vários Toldos. A demarcação destas terras reflete a política de confinamento dos diversos grupos indígenas do oeste dos estados do sul do país, realizada para garantir melhor controle do Estado sobre os indígenas e angariar terras para a ampliação dos projetos de colonização.

⁴ Carneiro da Cunha (1987:66).

⁵ Torres Gonçalves, C. Relatório Anual à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1911 *apud* Catafesto *et al.*, 1995: 3-4.

[Handwritten signature]

Em 1911, Carlos Torres Gonçalves, em seu Relatório Anual à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, refere-se à efetivação da “*demarcação dos territórios dos diferentes toldos*” na região: “*Pela Comissão de terras de Passo Fundo acham-se medidos e demarcados os seguintes toldos: Ligeiro, Fachinal, Caseros, Carreteiros e Nonohay. (...) “Pela Comissão de terras da colônia Erechim, foram medidos e demarcados, conjuntamente, os toldos “Erechim” e “Ventarra” (...)*”⁶. Esta demarcação evidencia que a presença indígena na região das antigas aldeias de Mato Preto e Ventarra era expressiva no período. Contudo, a demarcação não garantiu condições efetivas de permanência para as famílias indígenas. O processo de reintegração e garantia de posse aos indígenas sobre suas terras era conflituoso: “*Quanto aos occidentaes estabelecidos dentro das terras demarcadas para os índios, elles tem sido affastados suasoriamente concendendo-se-lhes lotes medidos e demarcados noutras terras, portanto em condições melhores do que as em que se achavam antes, fazendo-se-lhes sentir ao mesmo tempo a necessidade para o Estado de respeitar a situação dos índios.*”⁷. Contudo, continuava a “*perseguição dos civilizados (aos indígenas), que ahi vivem misturados cometendo os mais revoltantes excessos*” (...) Tais perseguições culminavam em mortes ou expulsões: “*actualmente a população do toldo Serrinha está redusida a cerca de 150 habitantes, devido às perseguições soffridas*”⁸.

A demarcação de terras indígenas promovidas pela Comissão de Terras da Colônia Erechim reduziu drasticamente a extensão das terras ocupadas pelas famílias indígenas e não garantiu uma permanência segura das mesmas nas porções de terra a elas reservadas. Apesar dos procedimentos adotados pelo governo do Estado nas pequenas porções de terras nas quais os índios estavam sendo aldeados, as invasões e expulsões violentas continuaram acontecendo, confinando os índios a um espaço cada vez menor. As famílias de Ventarra (Kaingang) e de Mato Preto (Guarani) que antes raramente se encontravam, começavam a disputar áreas e recursos ambientais. Neste período, as famílias Guarani foram concentrando-se na parte norte de suas terras, próximas à linha férrea. As aldeias de Mato Preto e Ventarra sofreram intenso processo de depopulação, desterritorialização e concentração da população em pequenas áreas.

⁶ Torres Gonçalves, C. Relatório anual à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1911 *apud* Catafesto *et al.*, 1995:3-4.

⁷ Catafesto *et al.*, 1995: 4.

⁸ Torres Gonçalves, C. Relatório anual à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1911 *apud* Catafesto *et al.*, 1995: 3-4.

A partir da memória dos índios Guarani e Kaingang registramos várias situações de expropriação paulatina que culmina na expulsão definitiva das famílias indígenas. Os grupos familiares Guarani que persistiram na terra até a expulsão definitiva eram as famílias extensas ligadas ao cacique da época, Karai Natalício. Segundo seu sobrinho, Luis Natalício “o documento que o governo deu” ao tio deles, cacique da época, não garantiu a permanência da maioria das famílias, que foram abandonando Mato Preto em direção a outras terras indígenas. Este foi o caso da família Moreira, que seguiu para Cacique Doble, e a família Mariano, que partiu para Salto do Jacuí, por exemplo. Apenas parte das famílias extensas Mariano, Natalício e Gomes resistiram na terra até o momento da expulsão oficial, com transferência dessas famílias para a TI Nonoai.

Enquanto promovia as expulsões, na esfera legislativa o Governo do Estado do Rio Grande do Sul reforçava o direito dos índios sobre as áreas por eles ocupadas. Paradoxalmente, suas ações aceleravam a expropriação das terras indígenas. A aprovação do Decreto Estadual n. 3.004 de 10/8/1922, “Regulamento das Terras Públicas e seu Povoamento”, determina que *“São consideradas terras dos índios as que se acham por eles ocupadas”* e que *“O Estado as considera tais (as terras dos índios) independentes de qualquer título especial de domínio, como consequência da propriedade da ocupação por eles (índios)”*. O parágrafo “a” do art. 23º incumbe o “Estado” garantir as terras ocupadas pelos índios e mais propriedades destes (Decreto 3.004, Capítulo VI, “Das terras e proteção aos Índios”, Artigos 20, 21 e 23). Apesar do Decreto n.3.004/1922, a demarcação da “Floresta Mato Preto” em 1929, posteriormente à sua promulgação, desconsidera a área de ocupação total dos indígenas e restringe ainda mais a área de ocupação das famílias Guarani.

O “Projecto de demarcação de lotes ruraes” e a conseqüente “Planta da Floresta Matto Preto” são assinados por Caio Escobar e registrado na Directoria de Agricultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 22/04/1929, com área de 1.014,20 hectares. O “Projeto de demarcação de lotes ruraes” estabeleceu três loteamentos, denominados “polígonos A, B e C”. Um desses polígonos, o Polígono B, é demarcado como “Área Indicada para os Índios Guarany”, com 223, 8350 hectares e os Polígonos A e C são destinados ao loteamento e venda. A ocupação Guarani da época está registrada no levantamento topográfico de Caio Escobar (ver mapas a seguir). Tal levantamento delimita a Floresta Matto Preto e indica a localização de um “toldo” dentro da área denominada “Polígono B”.

Na década de 1990 foi criada uma Comissão Interinstitucional composta por representantes do Estado do Rio Grande do Sul, FUNAI e outros, para analisar os processos de colonização e a expropriação das terras indígenas. No Relatório das atividades desta Comissão constata-se que várias terras indígenas passaram pelo mesmo processo de expropriação e redução da ocupação indígena pelo qual passou Mato Preto. Por este documento, conclui-se que no Estado do Rio Grande do Sul *“os grupos indígenas Kaingang e Guarani (...) foram submetidos a tensões crescentes que, em muitos casos culminaram na perda de seus territórios tradicionais, face aos interesses econômicos e políticos que se sobrepunham aos ditames constitucionais, bem como ao equivocado entendimento do Estado, na época, quanto a competência para administrar e legislar matérias que diziam respeito às terras devolutas e indígenas”*⁹. E que o Estado do Rio Grande do Sul *“denominava as terras indígenas como de utilidade pública para fins de preservação florestal, retirando o domínio dos índios, utilizando-se das regras do IGRA para reforma agrária, através de módulos rurais, entregando o excedente a agricultores sem terras que, uma vez assentados, expulsavam os índios, ocupando toda a área”*¹⁰.

Este contexto de expropriação violenta foi paulatinamente reduzindo as áreas ocupadas pelos Guarani de Mato Preto, que nas décadas finais do século XIX e nas duas décadas iniciais do século XX sofreram violências, expulsões em vários níveis, de assassinatos, raptos de mulheres e crianças, incêndios criminosos de casa, entre várias outras atrocidades.

A seguir, os mapas do arquivo da Divisão de Terras da Secretaria de Agricultura do Estado do RS, que registram o projeto de “Colonização” que criou a “Floresta Matto Preto”.

⁹ Relatório da Comissão Interinstitucional do Estado do Rio Grande do Sul, FUNAI et al., 1992.

¹⁰ Relatório da Comissão Interinstitucional do Estado do Rio Grande do Sul, FUNAI et al., 1992.

[assinatura]

Detalhe da Planta da Floresta Matto Preto.

Proc. nº
Fls.
Rubrica

1150/67
1387
E

Planta
da
Floresta "Matto Preto"
Escala 1:25000

CÓPIA AUTÊNTICA

05/05/2004

Egon Rudi Schneider
Chefe da DTP

Seção Erebanda

Est. Capoeira

Toldo Ventarrosa

Polygono B

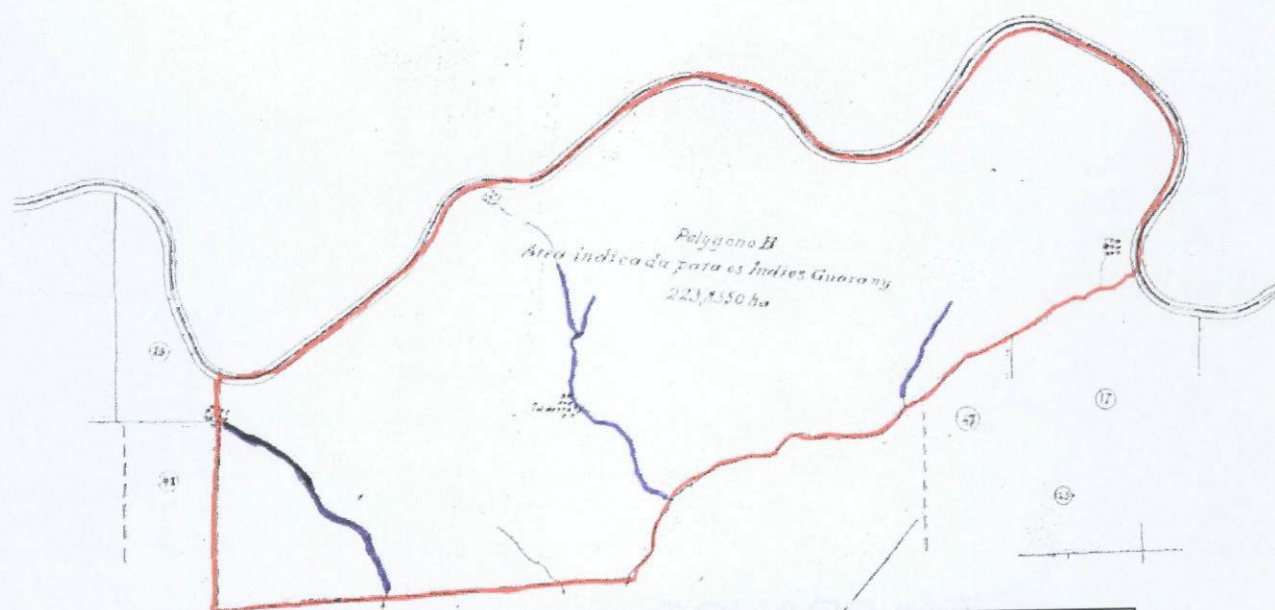
isation

Polygono C

Seção Erechim

Detalhe da "Área Indicada para os Índios Guarany"

X



Fonte: Departamento de Terras Públicas da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul. Mapoteca 8, plantas n.55^A, livro 13, página 41.

As imagens acima são detalhes extraídos da “Planta da Floresta Matto Preto”, de 1929, escalas 1:10.000 e 1:25.000. Esta planta corresponde ao levantamento topográfico do “Projeto de demarcação de lotes ruraes”, elaborado por Caio Escobar e registrado na Directoria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul em 22/04/1929.

Na página seguinte temos uma cópia autenticada desta planta, numa redução integral do tamanho original em escala 1:10.000.

8

Cópia da Planta da Floresta Matto Preto (Mapa em tamanho A3)

68
Proc. nº 115067
Fls. 1389
Rubrica

espacial

A distribuição espacial das aldeias que formam a rede social na qual insere-se a aldeia *Ka'aty* e a Terra Indígena Mato Preto pelo território de ocupação foi rapidamente abordada anteriormente. No que diz respeito à distribuição da população de Mato Preto, durante os trabalhos do GT, em setembro de 2004, tal distribuição dava-se da seguinte forma: As sessenta e três pessoas conformam quatorze famílias nucleares¹¹, distribuídas em oito grupos domésticos¹², pertencente a uma única família extensa¹³. Este grupo de famílias compõe uma unidade sociológica característica dos grupos Guarani: uma família extensa, que em geral, é constituída por vários casais nucleares e seus filhos, ligados entre si por relações de filiação ou descendência a um casal de “antigos”, a *tchedjuaryi* e o *tcheramoi*¹⁴. Estas quatorze famílias formam uma família extensa composta pela associação de vários casais nucleares com seus filhos, filhas, genros, noras, netas/os e bisnetas/os, unidos entre si por relações de descendência a dois casais de progenitores: Eduardo Karai Guaçu Martins, seus filhos do primeiro casamento com Ernestinha Mariano, sua segunda esposa, Érica Ywá da Silva e seus filhos, provenientes dos dois primeiros casamentos, com Mário e Ernesto Pereira. Ernesto Pereira, por sua vez constitui o outro casal central com sua segunda esposa, Lurdes Ará Martins, filha de Eduardo e Ernestinha. Os grupos domésticos dispõem suas casas lado a lado, seguindo a linha férrea, devido a limitação de espaço da área de habitação atual. Os critérios de

¹¹ Uma “família nuclear” é composta por uma mulher e um homem que vivem na mesma casa de forma marital e seus filhos. Também é considerada família nuclear uma mãe ou um pai solteiros (ou separados) com seus filhos.

¹² Um “grupo doméstico” é composto por um núcleo habitacional, uma ou mais casas associadas, e é socialmente composto por uma família nuclear ou pela associação de duas ou mais famílias nucleares ligadas entre si por relações de parentesco, geralmente fundadas na descendência a um casal de progenitores idosos ou a um sibling (grupo de irmãos).

¹³ O conceito de família extensa é usado para descrever a estrutura sociológica de vários grupos indígenas, em especial os pertencentes à família lingüística Tupi-Guarani. Uma família extensa, portanto, é composta pela associação de várias famílias nucleares, unidas em torno de um casal de ancestrais comuns. Um grupo doméstico nem sempre equivale a uma família extensa, pois a uma família extensa é uma estrutura social e política, que funda normas de coabitação e que une as famílias nucleares a uma estrutura maior. O grupo doméstico é a manifestação espacial dessa estrutura social, mas não esgota sua complexidade social.

¹⁴ *Tchedjuaryi* e *tcheramoi* são as palavras em guarani que significam literalmente “minha avó” e “meu avô”. São usadas também como um título que designa as pessoas antigas e sábias, e ao mesmo tempo estão relacionadas ao título de liderança de uma família extensa. Por exemplo: todas as crianças, jovens e alguns adultos, chamavam Eduardo Karai Guaçu Martins de “*tcheramoi*”. Suas filhas Lúcia e Lurdes, quando falavam diretamente com ele, o chamavam de “*tcherú*”, (meu pai), mas quando não estavam em sua presença também referiam-se a ele como “*tcheramoi*”. Este tratamento relaciona-se ao fato dele ter sido o “pajé grande” e ter nomeado grande parte das pessoas da aldeia.

distribuição desta população são conjunturais e tendem a modificar-se quando a limitação espacial das habitações se alterar.

Existem várias conexões entre as formas de secessão encontrados nas aldeias Guarani, os deslocamentos territoriais ou migrações e a distribuição espacial da população, da perspectiva da organização social. A organização social Guarani caracteriza-se pela consolidação de redes sociais entre aldeias, que estabelecem arranjos matrimoniais e sociais, sistemas de xamânicos de cura e rituais, circulação de bens e saberes etc. propiciadas pelas migrações realizadas por pessoas ou famílias. As práticas de secessão são comuns, mesmo entre grupos domésticos. Não envolvem necessariamente rupturas de relações sociais, muitas vezes se dão pelo estabelecimento de novas unidades produtivas que continuarão a se relacionar em reciprocidade positiva (mantendo as redes de trocas e dádivas entre os grupos familiares).

Os critérios causais, temporais e espacial das secessões estão diretamente relacionados com os elos matrimoniais, as relações de produção e a estruturação interna de uma aldeia. Todos estes aspectos conectam-se na esfera das relações de parentesco, centrais na organização social e política Guarani.

A divisão de uma aldeia e o conseqüente deslocamento de uma parte da população, na maioria dos casos, é equivalente à divisão de uma família extensa. A mobilidade dentro do território tradicional é estruturante da organização social e as migrações se dão dentro de um território configurado pelas "terras de parentes", e representa a fragmentação de um grupo e o surgimento de novas alianças. Os deslocamentos territoriais, as migrações ou a mobilidade Guarani¹⁵ podem ser resumidas em três tipos: (a) mobilidade inter-aldeias (circulação de pessoas e bens), (b) migração tradicional (movida por razões cosmológicas) e (c) migração por expropriação.

Os tipos de deslocamentos territoriais determinam a dinâmica de ocupação tradicional dos Guarani. O primeiro deles, a mobilidade inter-aldeias, está relacionado à comunicação, intercâmbio e reciprocidade. Estes deslocamentos podem resultar ou não em mudança definitiva de local de viver. São realizados por famílias inteiras, que visitando parentes, circulam pelo território que reconhecem como seu, ou por indivíduos sozinhos, na maioria dos casos, homens, visitando as aldeias dos parentes em busca de

¹⁵ Os deslocamentos territoriais Guarani demandaram vários estudos dentro da Antropologia e de outras áreas afins. Apenas uma pequena relação de autores que trataram dos deslocamentos ou migrações Guarani: Nimuendajú [1914]1987), Schaden (1974), Metraux (1948), Melia (1990), Monteiro (1992), Ladeira (1992), Garlet (1997), Mello (2001 e 2002), Darella (2004).

2

Proc. nº 1150107
Fis. 1392
Rubrica

uma esposa, ocorrendo “troca de noivos” entre as aldeias. O segundo e o terceiro tipo são as migrações propriamente ditas, que relacionam-se a elementos cosmológicos e/ou conjunturais e históricos. As migrações podem ser deflagradas por elementos cosmológicos e/ou deflagradas por expropriação violenta ou paulatina das terras habitadas. As migrações, em geral, são movimentos realizados por grupos familiares. Uma ou mais famílias, organizadas em torno de uma liderança espiritual, abandonam a terra habitada em busca de uma nova terra e muitas vezes não mais retornam, mas deixam indícios de sua presença, para que outras famílias Guarani possam se estabelecer no local.

A mobilidade e as migrações das famílias têm funções sociais eminentes, pois é através delas que se promovem casamentos e alianças entre famílias, que se resolvem problemas políticos, que circulam notícias, bens e saberes etc. Esta estratégia de ocupação circular de seu território reflete uma lógica ambiental de aproveitamento dos recursos naturais, assim como uma lógica política e cosmológica de organização social.

A organização política interna de uma aldeia Guarani é fortemente influenciada por relações de parentesco e nominação, e é o resultado das relações de afinidade entre dois ou mais grupos de famílias extensas que habitam uma mesma *tekoá*, liderados, em geral, pela figura de um casal idoso, que reúne os papéis de progenitor e detentor de dons xamânicos.

Estas lideranças idosas muitas vezes acumulam a função de conselheiros para os assuntos cotidianos, além das funções religiosas de *opyguá*, os rezadores, liderança xamânica ou espiritual, que pode ser uma mulher ou um homem, ou ainda um casal. Estas figuras são consultadas perante a tomada de várias decisões coletivas e têm ascendência inclusive sobre o cacique. A liderança política, o cargo de cacique, é ocupado geralmente por um homem, que tem algumas características que o qualificam para a função, como ser bom conhecedor da língua portuguesa e dos assuntos relacionados à sociedade nacional, como é o caso de Mato Preto.

As relações de aliança e reciprocidade estabelecidas por casamentos, relações de compadrio etc. são fundamentais na organização social de uma aldeia Guarani. Estas relações também compõem a rede que estrutura a sociedade Guarani em unidades maiores que uma aldeia ou uma família extensa. Esta rede de alianças pressupõe afinidades eletivas, que superam a esfera do parentesco genealógico, ou reduzido à esfera consangüínea. E essa dimensão permite a um grupo Guarani receber em sua rede aliados não-Guarani e incorporá-los ao grupo na medida em que essas pessoas estejam

X

aptas a assimilar elementos culturais do grupo, como a língua, hábitos e condutas etc. No que diz respeito a casamentos interétnicos, com não-Guarani, brancos ou Kaingang, a regra que prevalece na maioria dos casos é a de que o rapaz Guarani pode trazer sua esposa não-Guarani e a mulher Guarani deve ir viver com seu marido não-Guarani no lugar de origem dele. No caso de Mato Preto, os casamentos interétnicos existentes não influem no padrão cultural das respectivas famílias nem na organização social ou coesão do grupo.

Os mecanismos de tomada de decisão passam por um processo coletivo de reflexão, no qual as questões a serem resolvidas são discutidas várias vezes, em reuniões da comunidade, que acontecem muitas vezes na própria casa de rezas, a *opy*. Nas decisões sobre assuntos externos à aldeia ou que envolvam aspectos de difícil compreensão para a maioria das pessoas do grupo, por requerer conhecimentos sobre legislação ou normas da sociedade nacional, entram em ação alguns especialistas, que são preparados desde muito jovens para exercer tal função. O cacique e outros representantes da aldeia devem ser dedicados estudantes da sociedade ocidental e dos *djuruá*, como os Guarani tratam os “brancos”.

Na aldeia de Mato Preto, este padrão organizacional se repete. O papel de lideranças espirituais é desempenhado pelo casal Lurdes Ará Martins (filha do falecido líder Eduardo Karai Guaçu) e seu marido, Ernesto Kuaray Pereira, que há anos desenvolviam com Eduardo o aprendizado das atividades religiosas necessárias a atingir os conhecimentos para a função de *opyguá*, que exige um longo processo de formação. Com o falecimento de Eduardo, em dezembro de 2004, eles passaram a acumular as funções xamânicas de reza, cura e aconselhamento.

A liderança política do grupo há alguns anos vem sendo exercida por Joel Kuaray Pereira (filho do falecido Mário Pereira e Érica Ywá da Silva), que apesar de jovem, é bastante respeitado pela comunidade. De temperamento calmo e ponderado, está disposto a estudar os “brancos”, o que é condição fundamental para o cargo. Siberiano Moreira (neto de Eduardo, filho de Lúcia Martins e Graciliano Moreira) é o vice-cacique e assessora Joel nos trabalhos de pesquisa e entendimento sobre os assuntos da sociedade envolvente. Terezinha Pereira (filha de Ernesto Pereira e Érica Ywá da Silva) e Darci da Silva (neto de Eduardo, filho de Lurdes Martins e Floriano da Silva) são lideranças que atuam nas esferas internas da aldeia, apoiando e aconselhando os dois caciques. As decisões que envolvem a comunidade são tomadas em reuniões especiais realizadas na *opy*. Depois de ouvidas as opiniões individuais e produzida uma

[assinatura]

73 1150/07
1394
Rubrica

linha de consenso, serão expostas ao crivo dos mais velhos. Em casos extremos, pode ser necessárias consultas ou aconselhamentos de pessoas velhas ligadas a essa rede de parentesco que moram em outras aldeias.

EM BRANCO

✓

SEGUNDA PARTE – HABITAÇÃO PERMANENTE

76
Proc. nº 1150/07
Fls. 1395
Rubrica

a) Descrição da distribuição da aldeia, com respectiva população e localização



Vista da área de habitação das famílias Guarani, tomada às margens da RS135, em agosto de 2004.

A Terra Indígena de Mato Preto localiza-se na divisa entre os municípios de Getúlio Vargas, Erechim e Erebang, no noroeste do Rio Grande do Sul. É limítrofe, a oeste, com a Terra Indígena Kaingang Ventarra. A aldeia atual, denominada *Tekoá Ka'aty* recebe o mesmo nome da antiga aldeia. A distribuição das habitações que compõem a aldeia atual, como a circulação e o uso dos recursos naturais pelos indígenas sofre severas restrições devido à ocupação não indígena, como referido anteriormente. As dez casas e a *opy* (casa de reza), dispõem-se agrupadas em linha, margeando a linha férrea, ocupando a faixa de domínio público localizada entre a linha férrea da RFFSA e a Rodovia Estadual RS 135¹.

A área onde estão construídas as casas tem dimensões aproximadas de 300 por 30 metros. Estas habitações configuram uma aldeia provisória, iniciada por um acampamento de retomada erigido em 2003, liderado pelas pessoas mais velhas do grupo e antigos moradores do lugar, entre eles João Maria Mariano e o falecido Eduardo Karai Guaçu Martins, como exposto no item B da Primeira parte deste Relatório.

¹ O grupo estruturou-se de forma muito semelhante a outras aldeias Guarani que estabelecem-se em espaços restritos, tanto no aspecto de distribuição espacial das casas, das atividades produtivas e rituais, quanto da estruturação política desta ocupação e demonstra determinação e perseverança para garantir a reocupação da área total e vem pondo em prática este projeto de maneira processual e pacífica.

2

Em setembro de 2004, durante os trabalhos do GT, a população contava com sessenta e três pessoas, que se distribuíam entre dez casas, construídas dispostas em linha. Como já referido, estas sessenta e três pessoas conformam quatorze famílias nucleares², distribuídas em oito grupos domésticos³, pertencente a uma única família extensa⁴.

Este grupo de famílias compõe uma unidade sociológica característica dos grupos Guarani: uma “família extensa”, que em geral, é constituída por vários casais nucleares e seus filhos, ligados entre si por relações de filiação ou descendência a um casal de “antigos”, a *tchedjuarÿi* e o *tcheramoi*⁵.

As quatorze famílias que compõem a aldeia *Tekoá Ka'aty*, formam uma família extensa composta pela associação de vários casais nucleares com seus filhos, filhas, genros, noras, netas/os e bisnetas/os, unidos entre si por relações de descendência a dois casais de progenitores: Eduardo Karai Guaçu Martins (seus filhos do primeiro casamento com Ernestinha Mariano), sua segunda esposa, Érica Ywá da Silva e seus filhos (provenientes dos dois primeiros casamentos, com Mário e Ernesto Pereira). Ernesto Pereira, por sua vez compõe o outro casal central da aldeia com sua segunda esposa, Lurdes Ará Martins e seus filhos (Lurdes é filha de Eduardo e Ernestinha, acima referidos, fechando o círculo de parentesco que une todos da aldeia). Na sequência temos um quadro populacional da aldeia em setembro de 2004 e um gráfico genealógico das distintas gerações referidas no texto.

² Uma “família nuclear” é composta por uma mulher e um homem que vivem na mesma casa de forma marital e seus filhos. Também é considerada família nuclear uma mãe ou um pai solteiros (ou separados) com seus filhos.

³ Um “grupo doméstico” é composto por um núcleo habitacional, uma ou mais casas associadas, e é socialmente composto por uma família nuclear ou pela associação de duas ou mais famílias nucleares ligadas entre si por relações de parentesco, geralmente fundadas na descendência a um casal de progenitores idosos ou a um sibling (grupo de irmãos).

⁴ O conceito de família extensa é usado para descrever a estrutura sociológica de vários grupos indígenas, em especial os pertencentes à família lingüística Tupi-Guarani. Uma família extensa, portanto, é composta pela associação de várias famílias nucleares, unidas em torno de um casal de ancestrais comuns. Um grupo doméstico nem sempre equivale a uma família extensa, pois a uma família extensa é uma estrutura social e política, que funda normas de coabitação e que une as famílias nucleares a uma estrutura maior. O grupo doméstico é a manifestação espacial dessa estrutura social, mas não esgota sua complexidade social.

⁵ *Tchedjuarÿi* e *tcheramoi* são as palavras em guarani que significam literalmente “minha avó” e “meu avô”. São usadas também como um título que designa as pessoas antigas e sábias, e ao mesmo tempo estão relacionadas ao título de liderança de uma família extensa. Por exemplo: todas as crianças, jovens e alguns adultos, chamavam Eduardo Karai Guaçu Martins de “*tcheramoi*”. Suas filhas Lúcia e Lurdes, quando falavam diretamente com ele, o chamavam de “*tcherú*”, (meu pai), mas quando não estavam em sua presença também referiam-se a ele como “*tcheramoi*”. Este tratamento relaciona-se ao fato dele ter sido o “pajé grande” e ter nominado grande parte das pessoas da aldeia.

st

Proc. nº 1150167
Fls. 1397
Rubrica

População da aldeia Mato Preto em setembro de 2004

Nome	Idade	Local de residência anterior	Observações sócio-genealógicas
João Maria Werá Mariano	91	Cacique Doble/RS	Antigo morador, irmão de Pedrinho, Ernestinha e Inácio Mariano. Viúvo de Alicia Natalício, filha do último cacique de Mato Preto antes da expulsão.
Pedrinho Mariano	74	Serrinha/RS	Antigo morador, irmão de João Maria, Ernestinha e Inácio Mariano
Érica Ywá Silva	67	Cacique Doble/RS	Liderança de família extensa. Viúva de Eduardo Martins
Lurdes Ará Martins	51	Cacique Doble/RS	Liderança de família extensa. Filha de Eduardo Martins e Ernestinha Mariano
Ernesto Kuaray Pereira	66	Cacique Doble/RS	Liderança de família extensa, rezador. Filho de Ernesto Pereira e Catarina Mariano.
Cecília Kretchiú da Silva	31	Cacique Doble/RS	Filha de Lurdes Martins e Floriano da Silva.
Ademir Kuaray da Silva	6	Cacique Doble/RS	Filho de Cecília da Silva.
Sebastião Werá da Silva	28	Cacique Doble/RS	Filho de Lurdes Martins e Floriano da Silva
Luciana Ywá Pereira	17	Cacique Doble/RS	Filha de Lurdes Martins e Ernesto Pereira
Cleomir Karai Pereira	14	Cacique Doble/RS	Filha de Lurdes Martins e Ernesto Pereira
Gevanildo Karai Pereira	11	Cacique Doble/RS	Filha de Lurdes Martins e Ernesto Pereira
Darci Karai Mirim da Silva	36	Cacique Doble/RS	Filho de Lurdes Martins e Floriano da Silva
Olinda Pereira	35	Cacique Doble/RS	Filha de Ernesto Pereira e Érica da Silva
Márcia da Silva	17	Cacique Doble/RS	Filha de Darci da Silva e Olinda Pereira
Sandro da Silva	15	Cacique Doble/RS	Filho de Darci e Olinda
Marta Ará da Silva	13	Cacique Doble/RS	Filha de Darci e Olinda
Diana da Silva	10	Cacique Doble/RS	Filha de Darci e Olinda
Leandro da Silva	8	Cacique Doble/RS	Filho de Darci e Olinda
Leonardo da Silva	6	Cacique Doble/RS	Filho de Darci e Olinda
Vanderlei da Silva	3	Cacique Doble/RS	Filho de Darci e Olinda
Terezinha Pereira	19	Cacique Doble/RS	Filha de Darci da Silva e Olinda Pereira
Lucas da Silva	21	Cacique Doble/RS	Marido de Terezinha Pereira
Karina da Silva	4	Cacique Doble/RS	Filha de Terezinha Pereira e Lucas da Silva
Tainá Pará da Silva	2	Cacique Doble/RS	Filha de Terezinha e Lucas
Aldacir Karai Martins	19	Cacique Doble/RS	Filho de Marcelino e Ilda Martins. Neto de Eduardo Martins
Luíza da Silva	17	Ventarra/RS	Kaingang, esposa de Aldacir Martins.
Lúcia Djatiuká Moreira	50	Cacique Doble/RS	Filha de Eduardo Martins e Ernestinha Mariano
Graciliano Moreira	60	Cacique Doble/RS	Filho adotivo de Vicente Pereira e Catarina Mariano
Adriana Kretchiú Moreira	25	Cacique Doble/RS	Filho de Lúcia Martins e Graciliano Moreira

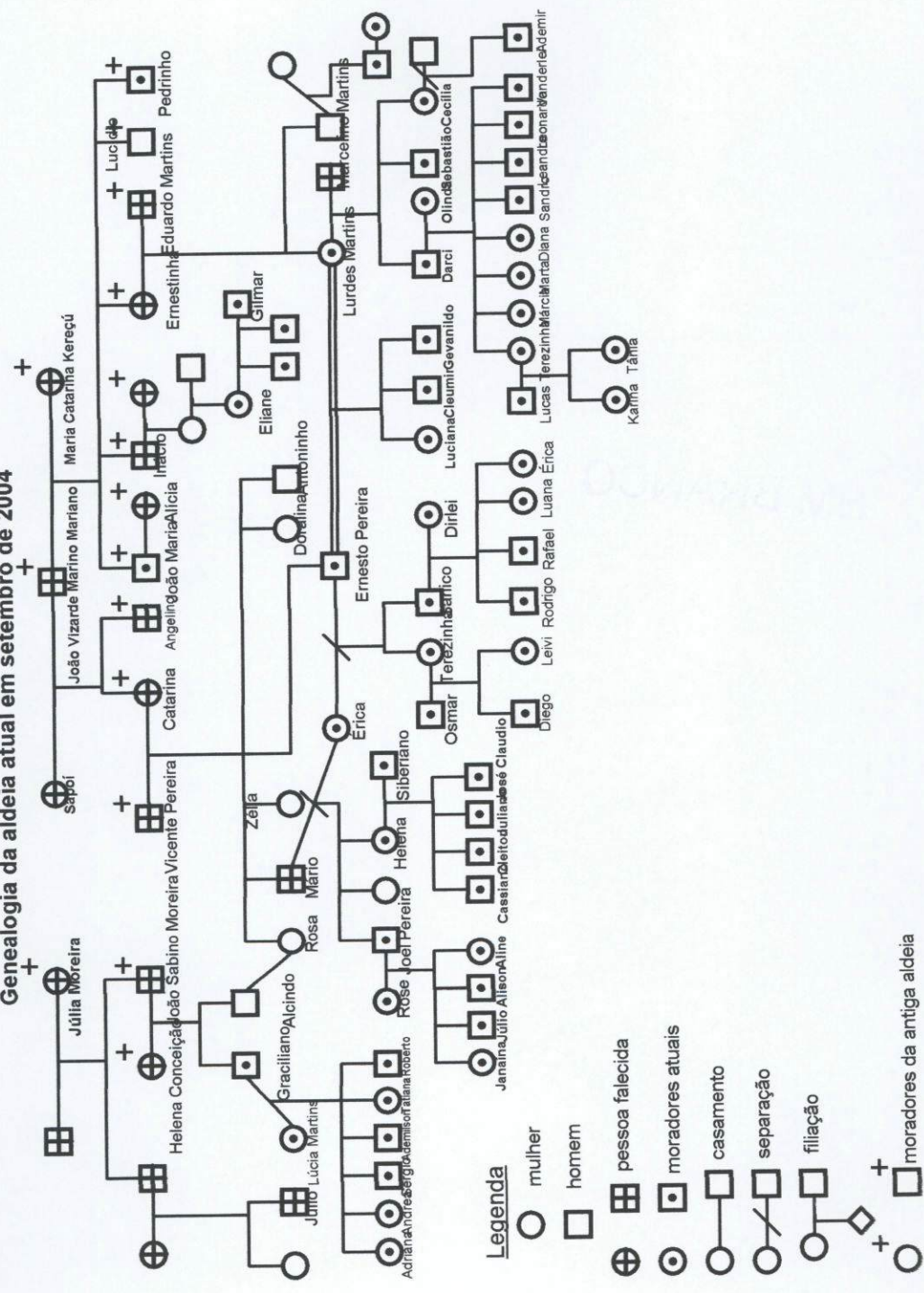
st

79
Proc. nº 115067
Fls. 1398
Rubrica

Patrícia Kretchiú Moreira	2	Cacique Doble/RS	Filha de Adriana Kretiu Moreira
Andréia Moreira	22	Cacique Doble/RS	Filho de Lúcia Martins e Graciliano Moreira
Sérgio Moreira	18	Cacique Doble/RS	Filho de Lúcia Martins e Graciliano Moreira
Ademilson Moreira	16	Cacique Doble/RS	Filho de Lúcia Martins e Graciliano Moreira
Vilson Moreira	13	Cacique Doble/RS	Filho de Lúcia Martins e Graciliano Moreira
Tatiana Moreira	7	Cacique Doble/RS	Filho de Lúcia Martins e Graciliano Moreira
Roberto Moreira	4	Cacique Doble/RS	Filho de Lúcia Martins e Graciliano Moreira
Natalia Moreira	2	Cacique Doble/RS	Filho de Lúcia Martins e Graciliano Moreira
Siberiano Moreira	27	Cacique Doble/RS	Filho de Lúcia Martins e Graciliano Moreira
Helena Pereira	25	Cacique Doble/RS	Filha de Érica da Silva e Mário Pereira
Cassiano Moreira	8	Cacique Doble/RS	Filho de Siberiano Moreira e Helena Pereira
Cleiton Moreira	6	Cacique Doble/RS	Filho de Siberiano e Helena
Juliano Moreira	3	Cacique Doble/RS	Filho de Siberiano e Helena
José Cláudio Moreira	2	Cacique Doble/RS	Filho de Siberiano e Helena
Sanico Pereira	35	Cacique Doble/RS	Filho de Érica da Silva e Ernesto Pereira
Dirlei Bento	31	Cacique Doble/RS	Não-índia, irmã de Rose Bento
Rodrigo Pereira	7	Cacique Doble/RS	Filho de Sanico Pereira e Dirlei Bento
Rafael Pereira	9	Cacique Doble/RS	Filho de Sanico e Dirlei
Luana Pereira	5	Cacique Doble/RS	Filha de Sanico e Dirlei
Érica Pereira	3	Cacique Doble/RS	Filha de Sanico e Dirlei
Joel Kuaraý Pereira	25	Cacique Doble/RS	Cacique, filho de Érica da Silva e Mário Pereira
Rose Bento	23	Cacique Doble/RS	Não índia, irmã de Dirlei, Gilmar e Osmar Bento
Janaína Pereira	7	Cacique Doble/RS	Filha de Joel Pereira e Rose Bento
Júlio César Kuaraý Pereira	4	Cacique Doble/RS	Filho de Joel e Rose
Alison Pereira	3	Cacique Doble/RS	Filho de Joel e Rose
Aline Rokadjú Pereira	1	Mato Preto/RS	Filha de Joel e Rose
Osmar Bento	33	Cacique Doble/RS	Não-índio, irmão de Gilmar, Dirlei e Rose Bento
Terezinha Pereira	38	Cacique Doble/RS	Filha de Ernesto Pereira e Érica da Silva
Diego Bento	10	Cacique Doble/RS	Filho de Terezinha Pereira e Osmar Bento
Leivi Bento	7	Cacique Doble/RS	Filha de Terezinha e Osmar
Gilmar Bento	32	Cacique Doble/RS	Não-índio, irmão de Dirlei, Rose e Osmar Bento
Eliana Bonetti	19	Cacique Doble/RS	Filha de Maria Mariano e Francisco Bonetti. Neta de Inácio Mariano
Alexandre Bento	4	Cacique Doble/RS	Filho de Gilmar Bento e Eliane Bonetti
Weliton Bento	1	Cacique Doble/RS	Filho de Gilmar e Eliane

2

Genealogia da aldeia atual em setembro de 2004



Os grupos domésticos dispõem suas casas lado a lado, seguindo a linha férrea, devido a limitação de espaço da área de habitação atual. Os critérios de distribuição desta população são conjunturais e tendem a modificar-se quando a limitação espacial das habitações se alterar. O projeto de ocupação futura do grupo, ilustrado pelo croqui elaborado pelas lideranças (anexo a seguir) indica a construção das novas casas próximas a um rio, dispostas quase que circularmente, em torno da *opy rã* (futura casa de rezas), distantes entre si⁶.

Algumas casas são geminadas ou dão portas frente-a-frente e a circulação de pessoas entre uma e outra é irrestrita. Cada casa ou grupo doméstico conta com construções laterais menores, utilizadas como galinheiros e depósitos de ferramentas e outros itens. Os materiais utilizados nestas construções são bastante diversos: As famílias alojaram-se inicialmente em casas de parca estrutura, com paredes feitas de madeira, lonas plásticas, bambus, complementadas por refugos de materiais construtivos (placas de compensados para formar as paredes, telhas de amianto e lona na cobertura). As construções improvisadas receberam reformas freqüentes desde a chegada das famílias, que engendraram técnicas Guarani de construção, como o uso da taquara trançada e folhas de palmeiras nas coberturas e reforço das paredes.

Como vivem em extrema restrição ambiental e econômica, isso obviamente reflete-se em suas habitações, não havendo recursos naturais disponíveis para servirem como material construtivo. As primeiras casas, de telhados de amianto e lona, construídas na primeira fase da retomada, foram sendo substituídas por casas ao modelo de uma casa tradicional Guarani⁷, com paredes de tramas de bambu e madeira e telhados de folhas de palmeira e bambu partido, mais amplas, com maior conforto interno. Apesar destas construções serem construídas igualmente com restrição de materiais, uma vez que as famílias não têm acesso às árvores, vegetais e ao barro necessário para as construções tradicionais Guarani, as habitações passaram a ter mais ventilação e telhados mais apropriado à proteção de água da chuva e de raios solares. Estas ações são fundamentais à salubridade da vida cotidiana, pois a região tem clima extremo, muito frio e fortes ventos no inverno e verões quentes e secos.

⁶ Em aldeias com situação espacial menos restrita, as casas de um mesmo grupo doméstico apresentam distância de cerca de três a quatro metros entre si e distância bem maior das de outros grupos domésticos.

⁷ Em aldeias que oferecem boas condições materiais e ambientais de subsistência, as casas tradicionais dos Guarani Chiripá e Mbyá têm paredes feitas de barro e madeira, cobertas com taquara trançada e folhas de palmeira, ou feitas de paredes de taquara trançada, cobertas com taquaras e folhas de palmeira.

A